

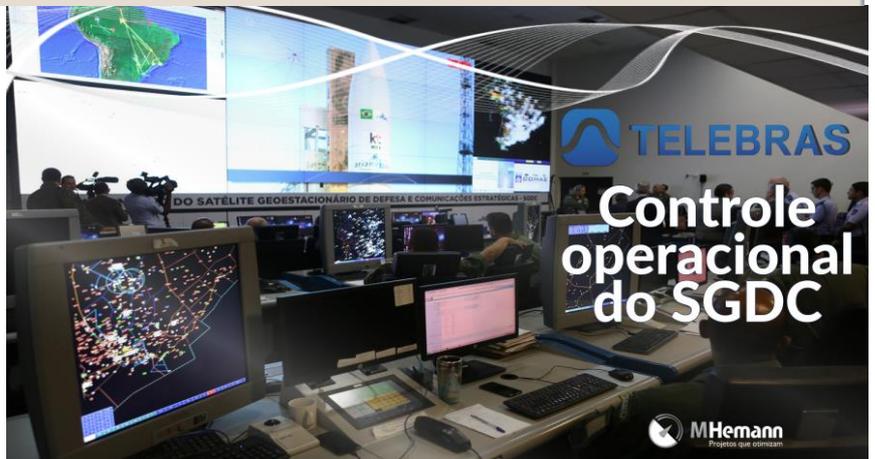


Demonstrações contábeis anuais completas

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - Telebras

Em 31 dezembro de 2017

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017



Fevereiro de 2018

**TELEBRAS - Telecomunicações Brasileiras S.A.**Sociedade de Economia Mista de Capital Aberto
CNPJ: 00.336.701/0001-04

Relatório da Administração 2017

Nesta edição:

Mensagem da Administração	3
Perfil de Atuação	5
Sumário Executivo	6
Finanças	8
Mercado	15
Atividades Comerciais	15
Evolução da Rede de Telecomunicações	18
Operação da Rede e Tecnologia da Informação	22
Contencioso Jurídico e Gestão de Riscos Processuais	24
Gestão de Pessoas	29
Licitações e Contratos	32
Auditoria Externa	32
Declaração dos Diretores Sobre Rel. Auditoria e Dem. Contábeis	33
Relacionamento com Auditores Independentes	33
Conclusão	34

**TELEBRAS - Telecomunicações Brasileiras S.A.**Sociedade de Economia Mista de Capital Aberto
CNPJ: 00.336.701/0001-04

Relatório da Administração 2017

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas:

A Telebras concluiu 2017 com histórias para contar, entre elas contratos importantes firmados, sucesso no lançamento do SGDC-1 e a projeção do Cabo Submarino, que vai ligar o Brasil à Europa. Foi um ano em que o Brasil ganhou em eficiência através dos serviços prestados pela empresa, que tem objetivos genuinamente brasileiros.

O ano entrou para a história da Telebras, porque selou sua marca como uma empresa pioneira em telecomunicações via Satélite, que conquistou seu reconhecimento no mercado de ações, com aporte de conhecimento e desenvolvimento social para a Nação. Tudo isso explicaremos a partir de agora.

No dia 04 de maio de 2017 foi lançado, com sucesso absoluto, no Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, o SGDC-1. A estrutura em terra, que faz conexão com o Satélite, também cumpriu todos os prazos. São dois Centros de Operações Espaciais, um em Brasília e o outro no Rio de Janeiro e mais três antenas instaladas em três estados que abrigam as Estações de Acesso Gateways: Florianópolis (SC), Salvador (BA) e Campo Grande (MT). Em meio a estas obras, profissionais altamente qualificados cumpriram prazos e orçamentos. Com antecedência nas etapas entregues, o Projeto SGDC-1 trouxe, em 2017, razões suficientes para se consolidar como um dos feitos dignos de comemoração no Brasil.

A Telebras abrange hoje, diretamente e através de parceiros, uma população superior a 130 milhões de habitantes, além do atendimento à rede privativa de comunicação da administração pública federal. A Companhia opera uma rede terrestre com Backbone baseado em cabos de fibra óptica estruturados em cinco anéis geográficos distribuídos no nordeste, sudeste, sul, centro-sul e norte, totalizando 26 mil Km de extensão de rede. São 195 provedores atendendo as 27 unidades da Federação.

O Programa Nacional de Banda Larga teve um acréscimo no número de atendimentos em 140% em 2017. De 642 municípios atendidos no ano anterior, a Companhia fechou o ano atendendo a 1.524 cidades. As parcerias subiram em percentual de 500%. Saímos de 180 para 1.055 parceiros. O mesmo aconteceu com o número de circuitos ativados pela Companhia.

Em 2017 a Telebras concluiu o processo de aumento de Capital Social, que passou de R\$ 263,1 milhões para R\$ 1.594,7 milhões, um aumento de R\$ 1,3 bilhão. Os recursos referem-se a aportes realizados pela União. O objetivo principal foi a construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC-1, o desenvolvimento e a expansão do Plano Nacional de Banda Larga – PNBL.

(continua)

**TELEBRAS - Telecomunicações Brasileiras S.A.**Sociedade de Economia Mista de Capital Aberto
CNPJ: 00.336.701/0001-04

Relatório da Administração 2017

Mensagem da Administração

(continuação)

Com isso, a Companhia passou a ter patrimônio líquido positivo e está a caminho da autossustentabilidade. A Telebras possui, ainda, recursos a capitalizar aportados pela União Federal no valor de R\$ 1,3 bilhão, cujas tratativas para a incorporação do Capital Social já foram iniciadas, ampliando as perspectivas positivas para 2018.

Nesta mesma linha de melhorias de gestão, em 2017 a Companhia retomou o processo de recuperação de créditos tributários, tendo como resultado a compensação do valor de R\$ 16,4 milhões nos pagamentos dos tributos federais e de R\$ 6 milhões em relação ao ICMS, o que representou um importante reforço para o fluxo de caixa da Companhia.

A Lei de Responsabilidade das Estatais chegou também para somar na Telebras. Com as exigências vieram o aperfeiçoamento dos processos de gestão, que produzem transformações internas com foco na integridade e transparência, nas relações com os clientes, com os investidores e com a sociedade.

A Receita Operacional Líquida apresentou crescimento de 30%, passando de R\$ 56,1 milhões em 2016 para R\$ 73,4 milhões em 2017, reflexo dos novos contratos celebrados e do aumento de circuitos faturados. Os Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização) totalizaram R\$ 251,0 milhões em 2017 e R\$ 195,2 milhões em 2016, um aumento de 29%. Todavia, se desconsiderarmos os eventos contabilizados em 2017 (não recorrentes) da provisão para o Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP (R\$ 16,4 milhões) e para a Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa, relativo ao valor a receber do contrato de prestação de serviços da Copa do Mundo de 2014 (R\$ 22,4 milhões), o crescimento destes custos e despesas seriam de 9%, o que demonstra o esforço da Administração para redução dos custos e despesas e na melhora de rentabilidade da Companhia.

A Telebras é composta, hoje, por 357 colaboradores diretos e mais de 500 prestadores de serviços indiretos, distribuídos em 50 empresas contratadas.

Em meio às importantes negociações efetivadas, vários contratos foram assinados no decorrer do ano. Entre eles, acordos de fornecimento de internet, atendendo à população brasileira, com ênfase às escolas, Unidades Básicas de Saúde em localidades rurais, unidades de fronteira do Exército, comunidades quilombolas e mais de 200 aldeias indígenas.

A seguir relataremos, detalhadamente, as conquistas de 2017. Estamos certos de que 2018 nos trará triunfos ainda mais significativos e desafiadores!

A Administração

**TELEBRAS - Telecomunicações Brasileiras S.A.**

Sociedade de Economia Mista de Capital Aberto

CNPJ: 00.336.701/0001-04

Relatório da Administração 2017

Perfil de Atuação

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras (adiante mencionada simplesmente como “Telebras” ou “Companhia”), sediada no Setor de Indústrias Gráficas - SIG - Quadra 04, Lotes 075, 083, 125 e 175 - Bloco A, Salas 211 a 224, Edifício Capital Financial Center - CEP 70610-440 – Brasília-DF, endereço eletrônico www.telebras.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 00.336.701/0001 - 04, é uma sociedade empresarial de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei nº 5.792, de 1/07/1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia, por meio do Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 7/04/2011; rege-se, portanto, pela Lei nº 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM –, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis.

Em estrita consonância com os seus objetivos institucionais a TELEBRAS tem direcionado seus esforços no sentido de:

- ◆ Intensificar a implantação da infraestrutura necessária à consecução do Programa Nacional de Banda Larga— PNBL;
- ◆ Atender, cada vez com mais aptidão, às determinações do Decreto nº 8.135/2013;
- ◆ Ampliar sua carteira de clientes do setor governo;
- ◆ Aumentar sua participação em projetos de governo.



Além do antes exposto, são prioridades da empresa os projetos estratégicos previstos nas Ações Orçamentárias do Governo Federal, de implantação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) e do Cabo Submarino Brasil-Europa, detalhados no sumário executivo a seguir.

Sumário Executivo

O ano de 2017 ficará marcado na história da Telebras, pela significância de suas conquistas face aos desafios enfrentados:



- ◆ O lançamento e a operação do SGDC - Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, incluindo as estruturas em terra, que controlam e fazem a conexão com o mesmo;
- ◆ os avanços no projeto do Cabo Submarino que irá interligar a América do Sul à Europa, diminuindo a dependência brasileira de conexões intermediadas por outros países;
- ◆ o acréscimo de 140% no número de atendimentos ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, que mostra a evolução da Companhia em sua capacidade de cumprir seus objetivos estatutários;
- ◆ a evolução de seu Capital Social, que passou R\$ 263,1 milhões para R\$ 1.594,7 milhões, que permitiu à Companhia alcançar um Patrimônio Líquido positivo;
- ◆ o crescimento da Receita Operacional Líquida de 30%, que reforça a expectativa de crescimentos ainda maiores nos próximos anos;
- ◆ a clara evidência de evolução da capacidade da empresa em melhorar a sua rentabilidade, representada pelo aumento dos custos e despesas operacionais, que cresceram 9% em 2017, contra 30% de crescimento na Receita, desconsiderando-se despesas contábeis não recorrentes contabilizadas no exercício.
- ◆ os esforços da administração e do corpo técnico e operacional, no sentido de dotar a Companhia de instrumentos de gestão e governança corporativa capazes de elevar a sua eficiência e qualidade, na busca de credibilidade e confiança.



Em que pesem as dificuldades econômicas enfrentadas pelo país em 2017, a Telebras intensificou sua presença junto aos órgãos de governo, ampliando sua atuação, e celebrando novos contratos, com participação fundamental nos programas do governo brasileiro. Os contratos celebrados totalizaram 15.305 circuitos satélites, cabendo destacar o Programa GESAC, que irá garantir acesso em internet a 7.000 escolas rurais, unidades do Exército e Receita Federal, inclusive àquelas localizadas em fronteiras do território brasileiro, comunidades quilombolas e aldeias indígenas.

Sumário Executivo

(continuação)



SGDC

O SGDC é o principal projeto da empresa, e seu lançamento ocorreu em Maio de 2017. O objetivo do SGDC é fornecer mais segurança às comunicações militares, de governo e atendimento à banda larga.

A operação do SGDC significa ampliação da oferta de banda larga em todo território nacional, especialmente nas áreas remotas, e irá garantir para a Companhia um aumento significativo de suas receitas. Sua carga útil em Banda X já se encontra em operação tendo como cliente o Ministério da Defesa. Sua banda Ka, que conta com 58 Gbps de capacidade, está destinada ao atendimento de banda larga.

Os primeiros contratos para prestação de serviço em banda larga foram firmados no final de 2017, e em abril de 2018 inicia-se a prestação do serviço comercial.



Cabo Submarino Brasil — Europa

A principal motivação para a construção do cabo submarino, que irá interligar a América do Sul à Europa, é o interesse de tráfego de dados entre os dois continentes, que atualmente depende de passagem pelos Estados Unidos.

O projeto prevê o lançamento de 5600 km de cabo submarino entre Fortaleza (CE) e Sines (Portugal), com capacidade de 54 Tbps.

Sumário Executivo

(continuação)



As atividades comerciais da Telebras estão adequadas à sua missão e objetivos estatutários: - Atender com qualidade e segurança os órgãos governamentais, e ampliar a oferta dos produtos de telecomunicações, sobretudo em regiões não atendidas pelas empresas privadas.

Busca-se também impulsionar os negócios através de contínuo aprimoramento na gestão de processos internos, visando maior eficácia e qualidade no atendimento aos clientes. Mais do que simplesmente atender às exigências da nova Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2016), a empresa se esforça para atingir elevado nível de maturidade em Governança Corporativa, de modo a estabelecer níveis suficientes de controle sobre os riscos, buscando a qualidade dos processos, além de um novo padrão de transparência e credibilidade.

Neste capítulo, a Telebras promoveu a revisão de seu Estatuto Social, aprovou o novo Planejamento Estratégico, implantou metodologia de gestão através de Indicadores de Resultados, com software de controle e acompanhamento de todas as áreas operacionais, retomou atividades ou reforçou instrumentos de governança, como a gestão de riscos, mecanismos e controles internos, Compliance, Ouvidoria e Canal de Denúncias, Código de Ética e Guia de Conduta, além de outras políticas.

A partir deste patamar, abre-se uma nova perspectiva para 2018, com a remodelação total da Governança Corporativa da empresa, a completa reestruturação dos núcleos de gestão de riscos, integridade e controles internos, processos, projetos, e demais atribuições que serão detalhadas por um novo Regimento Interno.

Finanças

Estrutura Patrimonial da TELEBRAS - Principais Rubricas

Finanças



O comportamento das principais rubricas patrimoniais entre os anos de 2015 a 2017 e as explicações acerca das principais variações estão apresentados a seguir:

R\$ mil	Exercícios findos em:							
	2015		2016			2017		
Rubricas	Valor	AV%	Valor	AV%	AH%	Valor	AV%	AH%
Ativo Circulante	388.125	15,20%	413.355	13,50%	6,50%	365.926	10,70%	-11,50%
Ativo Não Circulante	2.166.404	84,80%	2.646.573	86,50%	22,20%	3.059.300	89,30%	15,60%
Realizável a Longo Prazo	211.484	8,30%	275.112	9,00%	30,10%	287.429	8,40%	4,50%
Investimentos	84.475	3,30%	77.145	2,50%	-8,70%	69.193	2,00%	-10,30%
Imobilizado	1.850.122	72,40%	2.275.655	74,40%	23,00%	2.683.307	78,30%	17,90%
Intangível	20.323	0,80%	18.661	0,60%	-8,20%	19.371	0,60%	3,80%
Ativo Total	2.554.529	100,00%	3.059.928	100,00%	19,80%	3.425.226	100,00%	11,90%
Passivo Circulante	321.781	12,60%	97.490	3,20%	-69,70%	230.354	6,70%	136,30%
Passivo Não Circulante	2.451.508	96,00%	3.462.541	113,20%	41,20%	2.605.051	76,10%	-24,80%
Passivo Exigível	2.773.289	108,60%	3.560.031	116,30%	28,40%	2.835.405	82,80%	-20,40%
Patrimônio Líquido	(218.760)	-8,60%	(500.103)	-0,163	128,60%	589.821	17,20%	-217,90%
Passivo Total	2.554.529	100,00%	3.059.928	100,00%	19,80%	3.425.226	100,00%	11,90%

Fonte: Demonstrações Individuais da Telebras

AV% – Análise Vertical

AH% – Análise Horizontal

Finanças - A Estrutura Patrimonial

Ativo Circulante e Não Circulante

Os itens do Ativo Circulante apresentaram diminuição de 11,5% em relação ao exercício de 2016, já o Ativo Não Circulante apresentou evolução de 15,6% no mesmo período.

Imobilizado

A evolução do Imobilizado, 17,9% de 2016 para 2017, é explicada pelos investimentos realizados pela Telebras no valor de R\$ 314,9 milhões em 2017 contra R\$ 319,5 milhões em 2016. Deste total, R\$ 265,2 milhões (84,2%) foram destinados ao projeto SGDC (R\$ 267,5 milhões em 2016 – 83,7%).

Ativo Total

Crescimento da ordem de 11,9% em relação a 2016. Tal situação decorre basicamente da entrada de novos recursos do Acionista Controlador aplicados no imobilizado.

Finanças



Passivo Circulante e Passivo Não Circulante

O Passivo Circulante apresentou aumento de 136,3% no período, em decorrência principalmente do aumento na Conta Fornecedores 205,7%. Já o Passivo Não Circulante apresentou uma redução de 24,8% por conta da incorporação ao Capital Social de parte do AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital).

Passivo Exigível e Ativo Total

Considerando-se os dados relativos ao Passivo Exigível e ao Ativo Total, observa-se que o grau de endividamento em 31/12/2017 estava em 82,8%, enquanto que no exercício findo em 2016, esse indicador era de 116,3%. A redução foi decorrente principalmente da incorporação ao Capital Social de parte do AFAC.

Patrimônio Líquido

O aumento do Patrimônio Líquido em relação ao exercício anterior decorreu principalmente da incorporação ao Capital Social de parte do AFAC.

	Exercícios:	2016	2017
	R\$ mil	Valor	Valor
Patrimônio Líquido		(500103)	589.821
Capital Social		263.145	1.594.667
Prejuízos Acumulados		(769.620)	(1.103.437)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		6.483	8.702
Ações em Tesouraria		(111)	(111)

Finanças

Incorporação da TELEBRAS COPA S.A.

Em 1º de junho de 2017, a Assembleia dos Acionistas aprovou a incorporação da Telebras Copa S.A ao patrimônio da Telebras, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O ativo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de setembro de 2016, no montante de R\$ 28.769 mil, acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. Como decorrência natural, a Telebras Copa S.A teve sua personalidade jurídica extinta e a Telebras passou à condição de sucessora, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações.

Estrutura Econômica da Companhia — Principais Rubricas

Finanças



1. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 2017, a Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 73,3 milhões, crescimento de 30,8% em relação ao ano de 2016 (R\$ 56,1 milhões). O avanço da Receita Operacional Líquida entre os períodos comparados é explicado pelo maior volume faturado em decorrência de novos contratos, pelo crescimento da banda ativada e dos circuitos faturados.

Exercícios:	2016	2017	Variação
R\$ mil	Valor	Valor	%
Serviços de Comunicação Multimídia	74.486	98.758	32,6%
Aluguéis e Locações	7.003	7.093	1,3%
Receita Operacional Bruta	81.489	105.851	29,9%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(25.435)	(32.558)	28,0%
Receita Operacional Líquida	56.054	73.293	30,8%

2. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (exceto Depreciação/Amortização)

Exercícios:	2016	2017	Variação
R\$ mil	Valor	Valor	%
Pessoal (exclui PISP)	(65.051)	(67.165)	3,2 %
Serviços de Terceiros	(63.694)	(62.884)	(1,3) %
Compartilhamento de Infraestrutura	(39.713)	(43.430)	9,4 %
Meios de Conexão	(10.267)	(26.782)	160,9 %
PECLD ⁽¹⁾	(248)	(24.534)	9.792,7 %
PISP ⁽²⁾	(5.756)	(16.292)	183,0 %
Aluguéis e Locações	(8.696)	(7.516)	(13,6) %
Tributos	(1.607)	(1.597)	(0,6) %
Materiais	(136)	(753)	453,7 %
Outras Despesas	(18)	0	n.d.
TOTAL	(195.186)	(250.953)	28,6 %

(1) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa

(2) Programa de Indenização por Serviços Prestados

Finanças

Estrutura Econômica da Companhia — Principais Rubricas

2. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS ... (continuação)

Em 2017, os Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização) totalizaram R\$ 251,0 milhões em 2017 e R\$ 195,2 milhões em 2016, um aumento de 28,6%. As principais rubricas que contribuíram para este aumento foram: perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (R\$ 24,3 milhões), provisão para o programa de indenização por serviços prestados – PISP (R\$ 10,5 milhões); e meios de conexão (R\$ 16,5 milhões).

As principais ocorrências no período, referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

PESSOAL: No Acumulado dos doze meses de 2017, o gasto com pessoal apresentou crescimento de 3,2% em relação a 2016, apesar do reajuste concedido de 8,1%. O aumento inferior ao reajuste concedido no acordo coletivo é justificado, principalmente, pela diminuição da remuneração de diretores em função de saídas sem a recomposição do quadro durante a maior parte do exercício de 2017.

PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS - PISP: O aumento da provisão para o PISP é justificado pelo reajuste salarial de 8,1% em consequência do acordo coletivo, bem como pela reclassificação dos valores que constavam como “a receber” no ativo da Companhia referente aos Colaboradores cedidos à ANATEL, no valor de R\$ 16,5 milhões. A reclassificação deste valor a receber ocorreu devido ao fato que este item não se enquadrava nos critérios de reconhecimentos de ativos, pois não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, uma vez que não há certeza quanto ao recebimento de tais valores.

SERVIÇOS DE TERCEIROS: No acumulado de 2017, o montante dos custos e despesas com Serviços de Terceiros totalizou R\$ 62,9 milhões, estável em relação ao acumulado do último exercício (R\$ 63,7 milhões). Dentre os Serviços de Terceiros, o de maior participação sobre o total desses custos e despesas é o Custo de Manutenção da Planta, que atingiu R\$ 31,4 milhões em 2017, R\$ 30,2 milhões em 2016.

COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA: Em 2017, o valor de Compartilhamento de Infraestrutura atingiu R\$ 43,4 milhões, valor que supera em R\$ 3,7 milhões (9,4%) o acumulado de 2016 (R\$ 39,7 milhões). O aumento é justificado pelos seguintes eventos: expansão da rede; reajustes de preços conforme cláusulas contratuais; e pagamento de acordo de parcelamento de débito entre a Telebras e parceiros por serviços prestados.

MEIOS DE CONEXÃO: No final dos 2017, os custos com Meios de Conexão alcançaram R\$ 26,8 milhões (R\$ 10,3 milhões em 2016), uma variação de 160,9%.

Finanças



Finanças

Depreciação e Amortização

Exercícios:	2016	2017	Variação
R\$ mil	Valor	Valor	%
Depreciação e Amortização	(49.311)	(60.795)	23,3 %

O aumento de 23,3% na comparação entre o acumulado de 2017 e 2016 é explicado pela transferência de bens que estavam reconhecidos na rubrica “Bens e Instalações em Andamento” para a rubrica “Bens e Instalações em Serviço”, pois com a transferência estes bens passam a ser depreciados. O valor desta transferência foi de R\$ 43.282 em 2017. Na análise da variação entre o exercício de 2017 e 2016, deve ser levada em consideração a redução de depreciação no exercício de 2016 no valor de R\$ 15.245, referente ao resultado da revisão da vida útil econômica dos ativos, que reduziu o valor da depreciação reconhecida no exercício de 2016.

Resultado Financeiro

Exercícios:	2016	2017	Variação
R\$ mil	Valor	Valor	%
Receitas Financeiras			
Juros Sobre Disponibilidades	8.827	7.340	16,8 %
Juros Sobre Tributos	0	14.342	100,0 %
Juros Sobre Depósitos Judiciais	2.486	2.478	(0,3) %
Outras Receitas Financeiras	694	939	35,3 %
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(1.376)	(2.127)	54,6 %
TOTAL	10.631	22.972	116,1 %
Despesas Financeiras			
Juros Sobre Adiantamentos / Cauções e Retenções	(51.194)	(34.548)	(32,5) %
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(23.686)	(15.620)	(34,1) %
Juros s/ Provisionamento Riscos Trab, Cíveis e Fiscais	(11.546)	(4.962)	(57,0) %
Outras Despesas Financeiras	(1.272)	(90)	(92,9) %
TOTAL	(87.698)	(55.220)	(37,0) %
RESULTADOS FINANCEIROS	(77.067)	(32.248)	(58,2) %

No acumulado de 2017, o resultado financeiro foi negativo no valor de R\$ 32,2 milhões, uma redução de R\$ 44,8 milhões na comparação com 2016. Este resultado é explicado pelo reconhecimento da variação monetária dos tributos federais sujeitos a recuperação/compensação (R\$ 14,3 milhões), e pela redução dos índices de atualização dos principais geradores de despesas financeiras (Credores por Acordos Judiciais, INPC e os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC), que têm seus indexadores vinculados à inflação.

Os rendimentos das aplicações financeiras em 2017 totalizaram R\$ 33.703 (R\$ 30.323 em 2016). Deste montante, R\$ 26.363 (R\$ 21.496 em 2016) foi registrado em contrapartida do Ativo Imobilizado, pois os recursos que deram origem a estes rendimentos estão vinculados à construção de ativos (ativo qualificável), principalmente o projeto SGDC.

Finanças



Finanças

Prejuízo do Exercício Ajustado

Exercícios:	2016	2017	Variação
R\$ mil	Valor	Valor	%
Prejuízo do Exercício	(270.883)	(243.817)	(10,0) %
Ajustes de Eventos Não Recorrentes:			
(-) Ganho na Baixa de Passivos (i)	0	(15.967)	100,0 %
(+) Perda na Baixa de Passivos (i)	0	10.105	100,0 %
(+) Baixa de Ativos - Colaboradores Cedidos (i)		16.475	100,0 %
(+) PECLD - Contrato COPA 2014		22.437	100,0 %
Prejuízo do Exercício Ajustado	(270.883)	(210.767)	(22,2) %
Margem Líquida	(483,3) %	(287,6) %	(40,5) %
Prejuízo por Ação	(18,06990)	(14,05972)	(22,2) %

O Prejuízo do Exercício Ajustado por eventos não recorrentes em 2017 foi de R\$ 210,8 milhões (R\$ 270,9 milhões em 2016), redução de R\$ 60,1 milhões (-22,2%). Os eventos não recorrentes referem-se: i) a baixa de passivos e ativos que não atendiam aos critérios de reconhecimentos conforme CPC 00 (R1) - Estrutura Contábil para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e divulgados nos quadros de “Custos/Despesas Operacionais” e “Outras Receitas/(Despesas) Operacionais”, respectivamente, acima demonstrado; e ii) constituição de Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa sobre o contas a receber de valores relacionados à prestação de serviços durante a Copa do Mundo de 2014.

EBITDA/LAJIDA

Exercícios:	2016	2017	Variação
R\$ mil	Valor	Valor	%
Prejuízo do Exercício	(270.883)	(243.817)	(10,0) %
(+) Resultado Financeiro	77.067	32.248	(58,2) %
(+) Depreciação e Amortização	49.311	60.795	23,3 %
EBITDA	(144.505)	(150.774)	4,3 %
Ajustes:			
(+/-) Equivalência Patrimonial	3.964	(23.899)	(702,9) %
(+) Baixa de Ativos Fixos	268	0	
(+/-) Ganho Sobre Passivos	0	(15.967)	100,0 %
(+) Perdas Sobre Ativos	0	10.105	100,0 %
(+) Baixa de Ativos - Colaboradores Cedidos		16.475	100,0 %
(+) PECLD - Contrato COPA 2014		22.437	100,0 %
EBITDA Ajustado	(140.273)	(141.623)	1,0 %
Margem EBITDA	(257,8) %	(205,7) %	20,2 %
Margem EBITDA Ajustado	(250,2) %	(193,2) %	22,8 %

EVOLUÇÃO DO EBITDA AJUSTADO

A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012, excluindo o Resultado da Venda de Bens, o Resultado de Equivalência Patrimonial e Outros Eventos não Recorrentes (Ganhos na Baixa de Passivos, Perdas na Baixa de Ativos—Colaboradores Cedidos e PECLD contrato Copa 2014) para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro.

Em 2017, o EBITDA foi negativo no montante de R\$ 141,6 milhões, estável em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 140,3 milhões). Este resultado é reflexo do aumento da Receita Operacional Líquida (30,8%) e do aumento dos Custos e Despesas Operacionais (28,6%). A Margem EBITDA Ajustada em 2017 foi de (193,2%), enquanto que em 2016 foi de (250,2%), uma diminuição de 22,8% da insuficiência de geração de caixa.

Finanças

Execução Orçamentária

Dados da Execução Orçamentária com base no Programa de Dispêndios Globais – PDG/2017, aprovado (reprogramação) pela Portaria nº 433, de 12/12/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

FONTES E USOS (Em R\$ mil)	PDG Realizado	PDG Aprovado	Realização %
Fontes de Recursos	394,60	513,70	76,8%
Receita	175,70	210,90	83,3%
Receita para Aumento de Capital	219,00	302,90	72,3%
Usos de Recursos	616,30	1.035,20	59,5%
Dispêndios Correntes	301,30	403,60	74,7%
Dispêndios de Capital	315,00	631,60	49,9%

Orçamento de Investimento (OI) da TELEBRAS. Versão final aprovada pela Portaria nº 433, de 12/12/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, elaborado com as seguintes ações, distribuição de limites e realização:

Dispêndios de Capital (Em R\$ mil)	OI Realizado	OI Aprovado	Realização %
120F - PNBL	41,40	94,40	43,8%
146Z - Satélite	265,10	477,80	55,5%
4101 - Bens Imóveis	0,00	0,40	0,0%
4102 - Bens Móveis	0,10	1,70	7,7%
4103- Ativos de Informática	7,00	12,40	56,9%
Inversão Financeira Cabo Submarino	1,30	45,00	3,0%
Total	315,00	631,60	49,9%

Finanças



Segue detalhamento do Orçamento de Investimento na Ação 120F – Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga por região:

Região (Em R\$ mil)	OI Realizado	OI Aprovado	Realização %
Na Região Norte	2,70	20,50	13,4%
Na Região Nordeste	4,80	16,60	29,0%
Na Região Sudeste	18,80	20,20	92,9%
Na Região Sul	4,20	12,50	33,2%
Na Região Centro-Oeste	10,90	24,60	44,3%
Total	41,40	94,40	43,8%

Fundação SISTEL de Seguridade Social:

A Telebras é patrocinadora dos seguintes planos de Previdência Privada: PBS-A, PBS – Telebras, Telebras-PREV, e também do Fundo de Assistência Financeira à Saúde - PAMA. Nota explicativa específica às Demonstrações Financeiras traz os dados atuariais pertinentes, o respectivo parecer atuarial e a posição da Administração da Companhia a respeito.

Mercado

Ações TELEBRAS ON e PN

As ações ordinárias nominativas (ON) e preferenciais nominativas (PN) de emissão da Telebras vêm sendo negociadas regularmente na BM&FBOVESPA, sob os símbolos TELB3 e TELB4. No ano de 2017, para a subscrição das ações em razão do aumento de capital da Companhia, negociaram-se os símbolos TELB1 e TELB2.



Em 2017, no mercado à vista, foi registrado um total de 23.952 negócios, envolvendo uma quantidade de 12,4 milhões de ações e volume de recursos na ordem de R\$ 136,6 milhões. O aumento de capital incorporou o valor de R\$1.333 milhões passando a Companhia a possuir no total um capital social de R\$1.594 milhões representado por 49.605.490 ações sendo 39.272.779 ON e 10.332.711 PN.

O preço médio de fechamento durante 2017 foi de aproximadamente R\$ 53,32 por ação ON, e de R\$ 30,01 por ação PN. As ações da Companhia são custodiadas pelo Banco Bradesco S.A.

Atividades Comerciais

As atividades comerciais da Telebras estão adequadas à sua missão e objetivos estatutários, de atender com qualidade e segurança os órgãos governamentais, e a ampliação da oferta dos produtos de telecomunicações, sobretudo em regiões não atendidas pelas empresas privadas. Busca-se também impulsionar os negócios através de contínuo aprimoramento na gestão de processos internos, visando maior eficácia e qualidade no atendimento aos clientes.

Em que pesem as dificuldades econômicas enfrentadas pelo país em 2017, a Telebras intensificou sua presença junto aos órgãos de governo, ampliando sua atuação, e celebrando novos contratos, com participação fundamental para os programas do governo brasileiro. Os contratos celebrados totalizaram 15.305 circuitos satélites, cabendo destacar o Programa Gesac, que levará internet a 7.000 escolas rurais, unidades do Exército e Receita Federal, localizados em fronteiras do território brasileiro, comunidades quilombolas e aldeias indígenas.

Atividades Comerciais (continuação)

Planejamento e Marketing

Em 2017, a Companhia deu ênfase às ações de Inteligência de Mercado e Planejamento Comercial, revisando e propondo um novo modelo de cálculo de custos, com o objetivo de aperfeiçoar a precificação de produtos e serviços, medida considerada de vital importância para a consecução dos objetivos estratégicos da Telebras. Outras iniciativas importantes foram: - Arquitetura e criação de serviços de valor adicionado, projetos de novos produtos de segurança, proposta de novo produto de transporte IP, reativação do produto de conexão direta aos PTTs (P2PTT), e a criação e revisão de modelo matemático para estimar a demanda IP de provedores com base nos dados da Anatel.

A participação em Projetos Especiais também foi relevante em 2017, o que demandou da área comercial análises técnicas sobre a operação do Cabo Submarino do Sistema EllaLink, e o suporte nas negociações com a EulaLink. Além disso, a Diretoria Comercial teve participação em todas as iniciativas relacionadas à viabilização da operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), inclusive no Chamamento Público sobre Cessão de Capacidade, e nas negociações com partes interessadas em formar parceria com a Telebras no uso da capacidade em banda Ka do SGDC.

Em 2017 a Telebras comemorou 45 anos, e esse acontecimento motivou a realização de importantes campanhas. A Companhia participou durante o ano de diversos eventos diretamente ligados à sua atuação e mercado, como o Congresso Latino Americano de Satélites, a Futurecom e edições da Campus Party, em São Paulo, Brasília, Salvador e Belo Horizonte. Promoveu também eventos internacionais, os "Roadshows", estratégia utilizada para a apresentação do SGDC ao público alvo, relativo ao Chamamento Público sobre Cessão de Capacidade.

Vendas

No ano de 2017 a Telebras acumulou o valor de R\$ 100 milhões em novos negócios, conforme refletido na tabela abaixo:

Vendas acumuladas no ano - Dezembro 2017

Área de Vendas				
Área de Vendas	QT pontos	Banda negociada (mbps)	Valor Mensal	Valor Anual
Brasília	2.692	29.549	7.422.454	89.069.450
Fortaleza	12	10.812	317.576	3.810.915
Belém	10	6.250	258.376	3.100.515
Porto Alegre	16	10.050	193.519	2.322.225
Rio de Janeiro	4	855	96.070	1.152.843
São Paulo	3	3.400	79.396	952.755
Parceria	1	4.000	62.007	744.083
Total	2.738	64.916	8.429.399	101.152.786

Atividades Comerciais

Vendas

(continuação)

Contribuíram para a Venda de 2017 os contratos celebrados com órgãos do governo, de alta relevância para a Telebras. Dentre estes se incluem os contratos com a Dataprev, Ministério do Trabalho, ICM-BIO, DNOCs, e o do GESAC (MCTIC), este último constando de 15 mil circuitos de satélite contratados. Além dos contratos efetivamente celebrados, várias outras oportunidades foram prospectadas, com potencial de elevar a receita bruta da Companhia em cerca de R\$ 500 Milhões anuais. O fechamento destes negócios irão representar um acréscimo de 10.300 circuitos na planta da Telebras. Essas oportunidades estão sendo trabalhadas, com a expectativa de se concretizarem no primeiro semestre de 2018.

Operações Comerciais

Em busca de eficiência no relacionamento com os clientes, foi implementado em 2017 o CRM (Customer Relationship Management), um módulo do sistema SAP que reestrutura a gestão dos clientes da empresa. Com este novo recurso, a Telebras avançou nos quesitos relativos à funcionalidade corporativa e no atendimento pós-venda, utilizando a tecnologia da informação para garantir qualidade na prestação dos serviços aos clientes.

Regionais

Com relação aos escritórios regionais, além de exercerem o papel de braço operacional da empresa nas regiões em que atuam, foram responsáveis por alavancar as vendas e pelo levantamento de dados mercadológicos que ajudaram a Companhia a se posicionar no mercado. Também exerceram papel relevante na decisão de relançamento do produto P2PTT (conexão aos PTTs), reativado em setembro passado.

Evolução da Rede de Telecomunicações

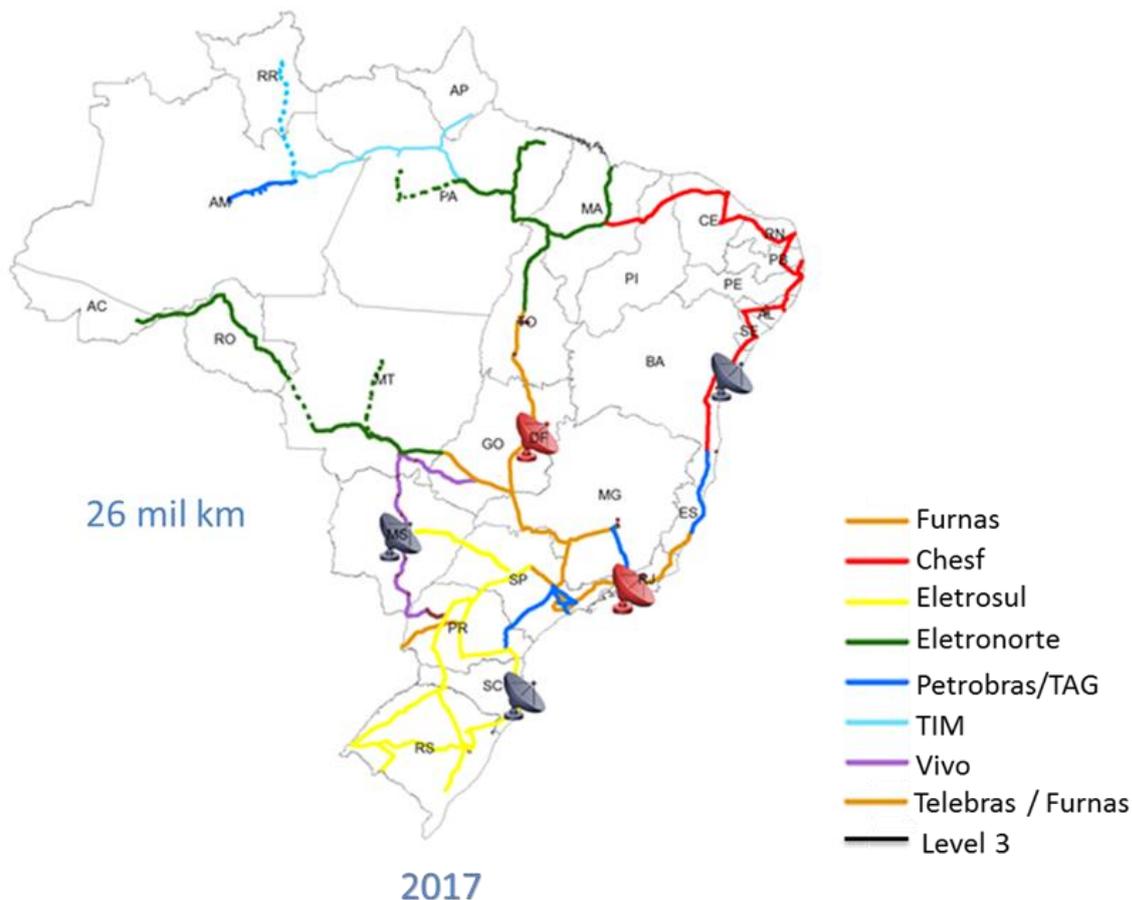
Rede Terrestre

A Telebras possui atualmente um *backbone* nacional de 26.000 km de fibras ópticas percorrendo todas as regiões do país.

Estas fibras estão, em sua maioria, em cabos OPGW (*Optical Ground Wire*) existentes nas linhas de transmissão das concessionárias de energia.

Existem ainda fibras ópticas em gasodutos e rodovias.

O mapa a seguir ilustra esta rede nacional e a as empresas parceiras no backbone:



Evolução da Rede de Telecomunicações

Rede Terrestre

(continuação)

No ano de 2017 a Telebras atuou na ampliação da capacidade de seu backbone, além da expansão de novos trechos das abordagens necessárias às estações de comunicação satelital, para o SGDC.

Foram concluídas as ampliações de três (3) trechos do backbone DWDM, a instalação do Anel DWDM Metropolitano de Brasília, a adequação do Anel DWDM Metropolitano do Rio de Janeiro, e a troca de placas de 40Gbps por placas de 100Gbps em partes específicas da rede.

Também foram ampliados novos trechos do backbone IP, instalando 13 novas estações nos estados do Paraná, Pará, Amapá e Rondônia.

Ainda em 2017, a Telebras desenvolveu projetos de atualização e melhoria continuada da rede, entre eles o início do projeto Inner Core que prevê a ampliação do Core de rede IP/MPLS com capacidade de até 3,2Tbps, com conclusão prevista para maio de 2018.

Foram também concluídos projetos visando a melhoria da infraestrutura, como a troca de bancos de baterias e implantação de grupo motor gerador em estações Telebras, garantindo assim a aumento da disponibilidade da sua rede.

A rede Telebras teve aumento de sua cobertura ampliada em 2017. Em 2016, atendia diretamente 462 municípios e 180 indiretamente. Em 2017 a empresa passou a atender 469 municípios diretamente, mais 1055 municípios atendidos indiretamente por provedores parceiros, com abrangência de aproximadamente 63% da população brasileira.

ATENDIMENTOS EM 2017:

ATENDIMENTO DIRETO PELA TELEBRAS:

Municípios: 469
População: 82.501.138 habitantes

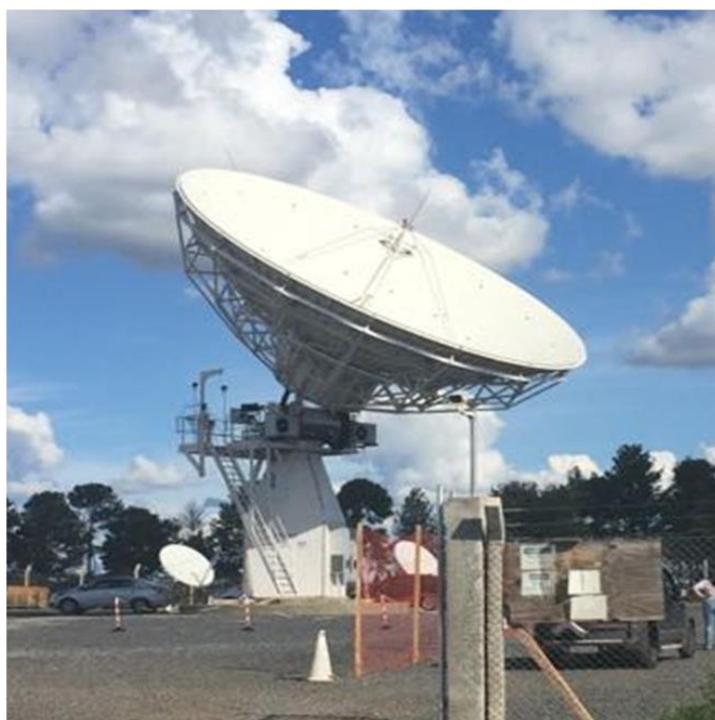
ATENDIMENTO POR MEIO DE PARCEIROS:

Provedores: 195
Municípios: 1.055
População: 48.220.675 habitantes

ACRÉSCIMO DE 140 % NO NÚMERO DE ATENDIMENTOS (em relação a 2016)

Evolução da Rede de Telecomunicações

SGDC — Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas



A Telebras está presente em 27% dos municípios brasileiros com sua rede terrestre. Com a entrada em operação do SGDC, sua cobertura atingirá todo território nacional, incluindo Fernando de Noronha e as duzentas (200) milhas náuticas na região da Amazônia Azul.

Com o lançamento do satélite realizado em maio de 2017, o Brasil declara independência as comunicações militares e de governo, e ainda levará internet de banda larga para locais até hoje não atendidos por qualquer forma de comunicação, por falta de infraestrutura.

A Telebras iniciou a operação e o controle do SGDC em 1º de julho de 2017; desde então, o artefato passou por um período de maturação em órbita até novembro de 2017, culminando com o licenciamento da estação de controle espacial em Dezembro de 2017 desta feita se tornando apto à prestação de serviço.

Para exploração comercial, a Telebras firmou acordo de parceria com a empresa americana ViaSat. O acordo prevê o complemento da infraestrutura Telebras e uso do know-how da nova parceira para entrega de projetos governamentais, como o Banda Larga para Todos, GESAC e Banda Larga nas escolas bem como a comercialização ao público em geral. A prestação do serviço em banda larga para atendimento dos primeiros clientes ocorrerá em abril de 2018.

Evolução da Rede de Telecomunicações

(continuação)

Cabo Submarino Brasil– Europa



Além de outras questões, o principal motivo para a construção do cabo submarino que irá interligar a América do Sul à Europa é o interesse de tráfego de dados entre os dois continentes, que atualmente depende de passagem pelos Estados Unidos

O projeto é uma iniciativa da Telebras e da espanhola Ellalink e prevê o lançamento de 5.600 km de cabo submarino entre Fortaleza (CE) e Sines (Portugal), com capacidade de 54 Tbps.

A empresa que fará a construção do cabo submarino foi selecionada em 2017 e deverá iniciar sua implantação no segundo semestre de 2018, com previsão de 24 meses para sua conclusão

Operação da Rede e Tecnologia da Informação

Operação

A Operação e Manutenção da rede nacional de telecomunicações da Telebras compreende a manutenção da planta em campo, com equipes distribuídas em todo o território nacional e o Centro Integrado de Gerência de Rede – CIGR/NOC, localizado em Brasília, responsável pelas atividades de monitoramento, desempenho e análise de tráfego, tratamento e escalonamento de incidentes, aceitação de estações, gestão de mudanças, ativação, configuração e gerenciamento proativo de clientes e circuitos de rede, com os respectivos níveis de serviço.

O volume de equipamentos atualmente gerenciados na rede da Telebras é de 2.466 elementos (dados de dezembro de 2017), um crescimento de 33,5% em relação ao ano anterior (1.845 elementos em dez/16), o que demonstra a complexidade operacional da planta da rede nacional de longa distância (Backbone) e das redes metropolitanas, pela tecnologia.

Segurança da Informação e Comunicações

Neste ano focamos na conscientização interna, utilizando e-mail, intranet e treinamento, com apresentações sobre metodologia, regulamentações e obrigações da Administração Pública Federal, engenharia social e os principais ataques na internet.

A Equipe de Tratamento a Incidentes em Redes de Telecomunicações - ETIR continua em operação e atua principalmente no tratamento e notificação dos incidentes de segurança. Foram implantados diversos controles de segurança em toda a rede interna e de telecomunicações.

Tecnologia da Informação

No ano de 2017 deu-se continuidade ao amadurecimento dos processos de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), buscando a evolução dos processos de governança e gestão, visando às ações preditivas, não reativas, e o atendimento contínuo no aperfeiçoamento dos negócios da Companhia.

Entre as iniciativas executadas, destacam-se:

- ◆ Sistema SAP CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente), sistema de gestão que envolve as relações comerciais, desde a identificação da oportunidade até à Central de Relacionamento, gerindo solicitações, reclamações e metas comerciais entre outros. Entrou em operação no primeiro trimestre de 2017, com previsão de aperfeiçoamentos previstos para 2018.

Operação da Rede e Tecnologia da Informação

Tecnologia da Informação

Ações Executadas (continuação):

- ◆ Cofre de Senha, que consiste na realização de verificação dos acessos aos equipamentos de telecomunicações e de tecnologia da informação. Por meio desta ferramenta os acessos privilegiados ganharam um novo grau de segurança neste ano.
- ◆ Sistema OSS (Operations Support Systems ou Sistemas de Suporte à Operação), projeto que integra um conjunto de sistemas, que auxiliarão no monitoramento, controle e gestão de toda a rede de Telecomunicações da TELEBRAS. Este projeto possui as seguintes disciplinas: Gestão de Inventário, Gestão de Falhas, Gestão de Desempenho, Tratamento de Incidentes/Problemas, Gestão de Mudança, Gestão de Ordem Técnica. Vários módulos foram implantados e estão em amadurecimento.
- ◆ Configurações para o atendimento do e-Social, que foram implementadas para atender as legislações que entrarão em vigor em 2018, envolvendo a integração da comunicação dos dados de pessoal com vários órgãos da administração.
- ◆ Implantação de equipamentos de segurança da rede denominado Firewall, através de solução NGFW (Next-generation Firewall ou Firewall de próxima geração), que traz uma inspeção mais profunda, além da inspeção e do bloqueio de protocolos.

Além disso, outros sistemas foram implantados ou sofreram aperfeiçoamentos. Dentre estes, destaca-se o trabalho desenvolvido na evolução contínua do Sistema de Gestão Integrado (SAP).

Outra ação importante foi a disponibilização de uma nova solução denominada Portal de Clientes. Através desta ferramenta os clientes podem acompanhar a disponibilidade dos seus circuitos, assim como os protocolos gerados no Call Center, dando mais transparência ao serviço. Esta solução agrega valor e qualidade aos serviços prestados pela Telebras aos seus clientes.

Contencioso Jurídico e Gestão de Riscos Processuais

A atuação contenciosa subdividiu-se em outros dois campos: (i) reativamente, na defesa dos interesses da Telebras em quaisquer tribunais; e (ii) pró-ativamente na reanálise dos processos judiciais e administrativos da Companhia, na revisão dos valores de contingência, dos prognósticos de perda, a readequação ou ratificação da condução processual de cada feito e, por vezes, a redefinição de estratégias.

Com intuito de aprimorar a gestão relativa às contingências e provisões jurídicas, bem como elaborar e acompanhar as perícias judiciais realizadas em processos em que a Telebras figura no polo ativo e passivo, a Companhia deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela subárea constituída no exercício de 2014 – Gestão de Riscos Processuais –, que tem como objetivo: (i) analisar, juntamente com os advogados responsáveis pelo caso, o tipo de tratamento contábil que deverá ser atribuído a cada processo judicial e/ou administrativo; (ii) acompanhar, avaliar, atuar e emitir pareceres técnicos sobre laudos periciais relativos aos processos que envolve a Companhia; e (iii) tratar e gerir as informações referentes às contingências e provisões judiciais.

Movimentação dos Processos Judiciais e Administrativos

No fechamento do mês de dezembro de 2017, a Telebras atuava no polo passivo perante 1.527 ações judiciais de natureza, cível/societária, trabalhista e tributária, nos diversos tribunais do país, com redução em relação às 1.704 ações auferidas em 31 de dezembro de 2016.

O acompanhamento e gestão dos respectivos processos são realizados pelas áreas “Cível /Societário” (trabalhos consolidados pelos núcleos cível estratégicos, cível de massa e cível trabalhista), “Trabalhista” (trabalhos consolidados pelo núcleo trabalhista) e “Tributário” (trabalho consolidado pelo núcleo tributário), conforme destacado a seguir:

Contencioso Jurídico e Gestão de Riscos Processuais

Movimentação dos Processos Judiciais e Administrativos (continuação)

	posição em 31.12.2016	posição em 31.12.2017
EXPECTATIVA DE PERDA	QTDE PROC	QTDE PROC
PROVÁVEL	105	98
ATÉ UM ANO	62	53
DIREITO CÍVEL/SOCIET	53	44
DIREITO DO TRABALHO	7	7
DIREITO TRIB. FEDERAL	2	2
MAIS DE UM ANO	43	45
DIREITO CÍVEL/SOCIET	26	25
DIREITO DO TRABALHO	15	18
DIREITO TRIB. FEDERAL	2	2
POSSÍVEL	1.198	1.118
ATÉ UM ANO	357	320
DIREITO CÍVEL/SOCIET	351	313
DIREITO DO TRABALHO	3	4
DIREITO TRIB. FEDERAL	3	3
MAIS DE UM ANO	841	798
DIREITO CÍVEL/SOCIET	790	721
DIREITO DO TRABALHO	45	73
DIREITO TRIB. FEDERAL	6	4
REMOTO	401	311
ATÉ UM ANO	285	182
DIREITO CÍVEL/SOCIET	277	175
DIREITO DO TRABALHO	8	7
DIREITO TRIB. FEDERAL	0	0
MAIS DE UM ANO	116	129
DIREITO CÍVEL/SOCIET	99	109
DIREITO DO TRABALHO	17	19
DIREITO TRIB. FEDERAL	0	1
TOTAL GERAL	1.704	1.527

Contencioso Jurídico e Gestão de Riscos Processuais

Acompanhamento e Avaliação das Provisões Judiciais

Atualmente, a Companhia possui provisão apenas para os valores relativos aos processos que estão classificados no critério de expectativa de perda “provável”, conforme normativos contábeis.

Durante o ano de 2017, foram registradas movimentações nas contingências da Companhia, que estão demonstradas na tabela abaixo:

Em mil R\$

<i>posição em 31.12.2016</i>								<i>posição em 31.12.2017</i>	
EXPECTATIVA DE PERDA	CONTING.	ADIÇÃO (+) R\$	BAIXA (-) R\$	AJUSTE (+) R\$	AJUSTE (-) R\$	TRANSF CP/LP	VAR MON	JUROS	CONTING.
PROVÁVEL	43.307	705	2	6.888	7.073	0	680	4.282	48.787
ATÉ UM ANO	17.763	75	2	0	34	0	316	1.617	19.735
DIR. CÍVEL/SOCIET	13.990	2	2	0	12	0	283	1.305	15.566
DIR. DO TRABALHO	2.884	73	0	0	22	0	19	297	3.252
DIR. TRIB. FEDERAL	889	0	0	0	0	0	13	15	918
MAIS DE UM ANO	25.544	630	0	6.888	7.039	0	364	2.664	29.052
DIR. CÍVEL/SOCIET	19.771	1	0	6.888	6.894	0	325	2.105	22.195
DIR. DO TRABALHO	5.683	629	0	0	145	0	38	559	6.764
DIR. TRIB. FEDERAL	91	0	0	0	0	0	1	1	92
POSSÍVEL	61.704	4.300	11	16	1.993	-1.091	1.317	6.556	70.797
ATÉ UM ANO	46.040	233	0	0	134	0	1.049	4.827	52.016
DIR. CÍVEL/SOCIET	24.866	232	0	0	134	0	264	2.467	27.696
DIR. DO TRABALHO	35	1	0	0	0	0	0	4	40
DIR. TRIB. FEDERAL	21.139	0	0	0	0	0	785	2.356	24.280
MAIS DE UM ANO	15.663	4.067	11	16	1.859	-1.091	268	1.729	18.782
DIR. CÍVEL/SOCIET	10.133	230	4	16	927	0	201	1.014	10.663
DIR. DO TRABALHO	3.118	3.836	7	0	677	0	39	674	6.984
DIR. TRIB. FEDERAL	2.412	0	0	0	255	-1.091	28	41	1.135
REMOTO	41.222	989	0	0	855	1.091	394	3.064	45.905
ATÉ UM ANO	2.303	50	0	0	231	0	35	201	2.358
DIR. CÍVEL/SOCIET	2.239	0	0	0	230	0	35	197	2.241
DIR. DO TRABALHO	63	50	0	0	1	0	0	4	117
DIR. TRIB. FEDERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MAIS DE UM ANO	38.919	939	0	0	624	1.091	358	2.862	43.547
DIR. CÍVEL/SOCIET	37.212	200	0	0	167	0	339	2.694	40.278
DIR. DO TRABALHO	1.707	739	0	0	457	0	11	160	2.161
DIR. TRIB. FEDERAL	0	0	0	0	0	1.091	8	8	1.108
TOTAL GERAL	146.233	5.994	13	6.904	9.920	0	2.390	13.901	165.489

Contencioso Jurídico e Gestão de Riscos Processuais

Acompanhamento e Avaliação das Provisões Judiciais (continuação)

As análises detalhadas anteriormente têm como objetivo demonstrar a evolução da provisão jurídica (expectativa de perda provável) referente aos processos judiciais e/ou administrativos da Companhia. Do acompanhamento total da provisão realizada pela Gerência Jurídica, observou-se uma evolução na expectativa de perda provável, entre os meses de dezembro/2016 e dezembro/2017 na importância líquida de R\$ 5.480 mil. Tal valor se deve, em sua maior parte, aos juros e correções monetárias do período.

No que diz respeito aos depósitos, a companhia possui depósitos judiciais e/ou recursais relacionados aos processos cíveis/societários, trabalhistas e tributários. As composições dos depósitos vinculados (expectativa de perda provável) e não vinculados às contingências passivas, no ano de 2017, estão assim distribuídas:

	provisão em 31.12.2016						provisão em 31.12.2017	
EXPECTATIVA DE PERDA	DEPÓSITOS	ADIÇÃO (+) R\$	BAIXA (-) R\$	AJUSTE (+) R\$	RESGATE (-) R\$	TRANSF CP/LP	VAR MON	DEPÓSITOS
DIREITO CÍVEL/SOCIETÁRIO	34.003	40	6	0	0	0	2.102	36.140
CIRCULANTE	7.690	21	6	0	0	-232	470	7.943
VINCULADO	3.547	16	2	28	0	0	71	3.659
NÃO VINCULADO	4.143	5	3	-28	0	-232	400	4.284
NÃO CIRCULANTE	26.313	19	0	0	0	232	1.632	28.196
VINCULADO	11	0	0	25	0	0	2	38
NÃO VINCULADO	26.303	19	0	-25	0	232	1.630	28.158
DIREITO DO TRABALHO	2.460	243	113	0	13	0	288	2.864
CIRCULANTE	283	108	0	0	0	0	25	416
VINCULADO	271	90	0	0	0	0	22	383
NÃO VINCULADO	12	18	0	0	0	0	2	32
NÃO CIRCULANTE	2.176	135	113	0	13	0	263	2.448
VINCULADO	1.903	46	77	35	0	0	247	2.154
NÃO VINCULADO	273	89	36	-35	13	0	16	295
DIREITO TRIBUTÁRIO	1.323	0	0	0	0	0	88	1.411
CIRCULANTE	36	0	0	0	0	0	2	38
VINCULADO	36	0	0	0	0	0	2	38
NÃO VINCULADO	0	0	0	0	0	0	0	0
NÃO CIRCULANTE	1.287	0	0	0	0	0	86	1.372
VINCULADO	0	0	0	0	0	0	0	0
NÃO VINCULADO	1.287	0	0	0	0	0	86	1.372
TOTAL GERAL	37.785	283	119	0	13	0	2.478	40.415

Contencioso Jurídico e Gestão de Riscos Processuais

Acompanhamento e Avaliação das Provisões Judiciais (continuação)

Os depósitos judiciais e/ou recursais são acompanhados pela Gerência Jurídica mensalmente. Isso facilita o controle ao final de cada exercício financeiro, de forma a divulgar as informações requeridas pelos usuários internos e externos da Telebras.

Diante de todo o exposto, conclui-se que no fechamento do mês de dezembro/2017, a Companhia possuía registrado no seu passivo, provisão no montante de R\$ 48.786,7 mil, sendo que 40,4% (R\$ 19.735 mil) estavam classificados com expectativa de encerramento de curto prazo e 59,5% (R\$ 29.051,7 mil) no longo prazo.

Por fim, ressalta-se, ainda, que no fechamento do mês em referência, a Companhia possuía depósitos judiciais e/ou recursais na importância de R\$ 40.414,8 mil, dos quais, 15,5% (R\$ 6.273 mil) referem-se aos depósitos vinculados à provisão, e 84,5% (R\$ 34.142 mil) estão relacionados aos depósitos não vinculados à provisão, ou seja, depósitos judiciais e/ou recursais referentes aos processos classificados na expectativa de perda possível ou remota.

Gestão de Pessoas

Quadro de Pessoal e Remuneração

A Telebras encerrou 2017 com um Quadro de Pessoal composto por 417 empregados, distribuídos conforme tabela abaixo:

Quantitativo de Pessoal - Situação em 31/12/2017			
Empregados (Sede + Escritórios Regionais)	Quadro Efetivo	283	359
	Livre Provimto	71	
	Requisitados	5	
Empregados Cedidos	ANATEL	44	58
	Demais Órgãos	14	
Total		417	

A Tabela abaixo apresenta o comparativo entre a situação de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.

Quantitativo de Pessoal Por Situação	2016	2017
Quadro Efetivo	330	341
Livre Provimto	65	71
Cedidos de Outros Órgãos	5	5
Quantitativo Total	400	417

Observa-se que o Quadro de Pessoal referente ao ano de 2017 sofreu um acréscimo de 4,25% em relação ao exercício anterior. Até 31 de dezembro de 2017, as admissões e desligamentos ocorreram da seguinte forma:

Admissões em 2017	Quantidade
Especialistas em Gestão de Telecomunicações (EGT-nível superior)	33
Técnicos em Gestão de Telecomunicações (TGT-nível médio)	0
Livre Provimto	15
Requisitados	2
TOTAL	50

Desligamentos em 2017	Quantidade	
Efetivo	Sede + ERs	19
	Cedidos	2
Livre Provimto	9	
Requisitados	2	
TOTAL	33	

Gestão de Pessoas

Quadro de Pessoal e Remuneração (continuação)

A remuneração paga a dirigentes observou os critérios estabelecidos na legislação vigente, e a orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, em cumprimento ao disposto no Art. 40, inciso VI, alínea 'i' e inciso XII, do Decreto nº 8.818/2016, bem como no Art. 27, parágrafos 1º e 2º, do Decreto nº 8.945/2016.

Para os dirigentes, a maior remuneração, relativa ao mês de dezembro de 2017, foi de R\$ 38.748,78.

No exercício de 2017, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da empresa, relativa ao mês de dezembro, foi de R\$ 29.659,16 e R\$ 2.391,46, e a remuneração média foi de R\$ 11.045,14.

Acordo Coletivo de Trabalho

O Dissídio Coletivo, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho no dia 31/07/2017, apresentou cláusula de reajuste da tabela salarial na ordem de 8,10% e vigência a partir de 1 de novembro de 2016 (data-base da categoria).

O ACT relativo ao período de 1 de novembro de 2017 a 31 de outubro de 2018 encontra-se em fase de negociação entre a Telebras e o SINTTEL-DF.

Concursos Públicos

O 2º Concurso Público foi realizado em 2013 e venceu em 06/05/2017, para provimento de 75 vagas declaradas em Edital, sendo 27 Especialistas em Gestão de Telecomunicações (EGT-nível superior), para Brasília e 44 para os Escritórios Regionais e 4 Técnicos em Gestão de Telecomunicações (TGT – nível médio) para Brasília.

No total, deste concurso, foram admitidos 189 (cento e oitenta e nove) concursados classificados, dos quais 62 (sessenta e dois) já se desligaram.

Em 2015, a Telebras realizou o 3º Concurso Público para provimento de 41 vagas declaradas em Edital, sendo 37 Especialistas em Gestão de Telecomunicações (EGT-nível superior) e 4 Técnicos em Gestão de Telecomunicações (TGT – nível médio), todas em Brasília.

No período de 2015 até o final de 2017, foram admitidos 92 (noventa e dois) candidatos classificados, dos quais 15 (quinze) já se desligaram.

No ano de 2017 foram admitidos 32 candidatos classificados. O Concurso Público 2015 foi renovado por mais 02 (dois) anos, com novo vencimento em 16-02-2020.

Gestão de Pessoas (continuação)

Avaliação de Desempenho

O Programa de Avaliação de Desempenho por Competências e Resultados realizado em 2017 teve como objetivo o desenvolvimento dos colaboradores em sua carreira e esteve relacionado ao desempenho no período de junho a outubro de 2017.

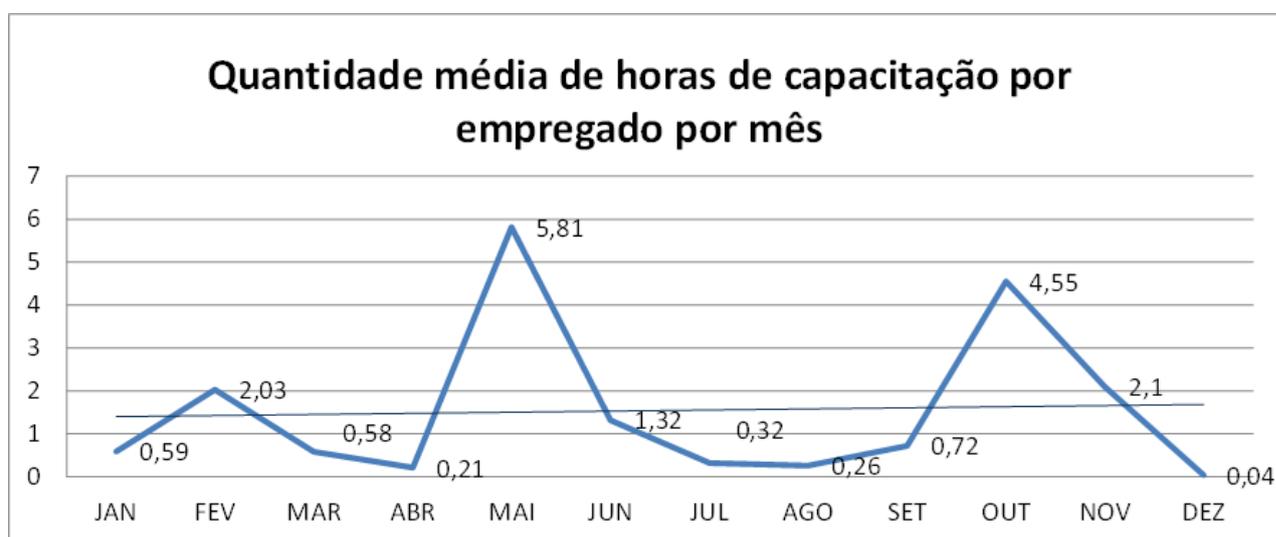
No ano de 2017 foram concedidas promoções horizontais por antiguidade e por mérito.

Participaram da Avaliação 353 empregados, sendo 296 elegíveis. Ao final, 58 empregados foram contemplados com progressão horizontal por antiguidade e 89 por mérito. Dentre os empregados eleitos à promoção horizontal por mérito, 18 foram contemplados com 2 níveis salariais e os demais com 1 nível salarial.

Capacitação

O indicador de capacitação de 2017 resultou em uma média de 18,53 horas/ano de capacitação por empregado, contabilizadas as horas de capacitação de Janeiro a Dezembro em relação à média de empregados do ano.

Abaixo o gráfico 1 apresenta o indicador de horas médias mensais de capacitação por empregado em 2017:



Licitações e Contratos

Em 2017, ocorreram contratações de aquisição de bens, produtos e serviços, no valor de R\$ 692,2 milhões, distribuídos conforme tabela abaixo:

Contrato de Aquisições por Modalidades - 2017	R\$ mil	%
Adesão Ata de Registro de Preço	849	0,12%
Concorrência	50.917	7,36%
Cotação Eletrônica	36	0,01%
Dispensa	19.158	2,77%
Inexigibilidade	30.606	4,42%
Regime Diferenciado de Contratações	199.646	28,84%
Pregão Eletrônico	364.075	52,59%
Sistema de Registro de Preços	26.965	3,90%
TOTAL	692.255	100,00%

Os casos de inexigibilidade ou dispensa de licitação explicam-se pelas contratações por notória especialização, como, por exemplo, no caso da maioria das capacitações dos colaboradores; inexistência de concorrência, como no fornecimento de energia elétrica e extensões de rede elétrica; além de contratações referentes à atividade-fim da Companhia, quando a licitação for óbice intransponível à atividade empresarial.

Auditoria Externa — Instrução CVM N° 381/03, de 14/01/2003

Oportunamente, ressalta-se que, em consonância com o Parecer Jurídico da Controladoria-Geral da União nº 55/2012/ASJUR/CGU-PR, datado de 04 de abril de 2012, corroborado pelo Parecer Jurídico interno nº 017/2012/1200/GJRL, tendo em vista que a análise das demonstrações contábeis por auditoria independente não é considerado serviço continuado, a teor do que conceitua a Instrução Normativa/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, anualmente faz-se necessária a contratação de nova empresa especializada. Deste modo, em atenção aos termos da Instrução CVM 381/03, a Telebras esclarece que, para o exercício de 2017, contratou a empresa Taticca Auditores Independentes S/S, a qual prestou serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis, ora apresentada ao mercado.

Declaração dos Diretores Sobre o Relatório dos Auditores Independentes e Declaração dos Diretores Sobre as Demonstrações Contábeis

Em atendimento ao disposto no art. 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS –, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram:

(I) baseados em seus conhecimentos, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, que concordam com as opiniões expressas no relatório elaborado pelos auditores da empresa Taticca Auditores Independentes S/S, emitido em 28 de fevereiro de 2018, não havendo qualquer discordância com relação às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

(ii) revisaram o relatório dos referidos auditores sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, da Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRAS e baseados nas discussões subsequentes concordam que tais Demonstrações, refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente ao exercício apresentado.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia fundamentam-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

A Taticca Auditores Independentes S/S declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

Conclusão

A partir da apresentação de um ano em que a Telebras fez história com o lançamento do primeiro Satélite Brasileiro, podemos concluir esta etapa já visualizando um 2018 com perspectivas de avanço e progresso no nosso propósito maior, que é conectar o Brasil.

A principal missão da Telebras é fazer com que haja desenvolvimento econômico e social, através de um sistema igualitário e uniforme de acesso à internet de qualidade. Foi neste sentido que a Telebras idealizou o SGDC-1, que vai alcançar todas as regiões do Brasil, inclusive as mais remotas.

A idealização e a concretização de todas as etapas do Projeto permitem um avanço no cumprimento das políticas públicas relacionadas com os programas PNBL e Internet para Todos.

Para 2018 já se anuncia uma nova incorporação dos aportes de capital já realizados, no montante de R\$ 1,3 bilhão. Desta forma a empresa vem reescrevendo novos capítulos de sua história, e acompanhando a convergência tecnológica para dar sequência ao projeto de se tornar uma empresa de referência para o setor.

Esta é a Telebras, a Estatal brasileira que se reinventou com o passar do tempo e chega ativa aos seus 45 anos de história.

Temos a missão de ser uma empresa de ponta, de tecnologia e inovação, e o caminho vem sendo trilhado, com seriedade, maturidade, energia e segurança.

A ADMINISTRAÇÃO



Demonstrações contábeis individuais

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - Telebras

Em 31 dezembro de 2017 e 2016

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis de 2017	2
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do Valor Adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13 - 81
Parecer do Conselho de Administração	82
Parecer do Conselho Fiscal	83
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis	84
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	85

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Diretores, Conselho de Administração e Acionistas da
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme descrito na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 5.2, em 31 de dezembro de 2017 o contas a receber inclui provisão para créditos de liquidação duvidosa, registrada de acordo com a estimativa das perdas aplicado aos valores vencidos por faixa de vencimento e considerados como críticos. A mensuração, o reconhecimento contábil como uma provisão e a respectiva divulgação requerem julgamento da Companhia na análise da adequação deste critério frente ao cenário econômico atual com o aumento das taxas de inadimplência no mercado. Devido à relevância dos valores em atraso e às incertezas inerentes à estimativa da provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa que podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras, consideramos esta estimativa como um assunto significativo para auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos. Com relação ao valor recuperável dos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2017, analisamos a adequação da determinação das perdas por redução ao valor recuperável, avaliando as premissas adotadas pela Companhia em comparação a dados históricos e a recebimentos após a data-base, assim como a razoabilidade da política contábil adotada, incluindo a avaliação do julgamento sobre a determinação dos montantes a serem registrados como provisão e se o julgamento foi aplicado de forma adequada e consistente durante o período apresentado. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Reconhecimento de receita não faturada (*unbilled*)

O reconhecimento de receita na indústria de telecomunicações é considerado um risco inerente, porque o processo envolve sistemas complexos de faturamento, que processam grandes volumes de dados, com uma combinação de diferentes produtos vendidos. As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (não faturado - *unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de não faturado (*unbilled*) é feito a cada mês corrente. Eventuais problemas no cálculo dessa estimativa podem impactar de forma relevante as demonstrações contábeis da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: Entendimento e avaliação da estimativa adotada pela administração da Companhia para determinação da receita incorrida ainda não faturada no final do exercício (*unbilled*), bem como comparação dessa estimativa com a receita efetivamente faturada do mês subsequente após o fechamento (faturado - *billed*); e a adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Ativo Imobilizado e Intangível e Análise de Recuperabilidade (*Impairment*)

A Companhia possui registrado o montante de R\$ 2.683.307 mil de imobilizado e R\$ 19.371 mil de intangível em 31 de dezembro de 2017, conforme notas explicativas 12 e 13, respectivamente, nas demonstrações contábeis. A Administração avalia anualmente o risco de *impairment* de seus ativos. A avaliação quanto a recuperabilidade do ativo imobilizado e intangível e a definição da Unidade Geradora de Caixa (UGC) incorpora julgamentos significativos em relação a fatores associados a prestação de serviço futuro e premissas econômicas como taxa de desconto e taxas de inflação. Devido a relevância do ativo imobilizado e intangível e o nível de incerteza para a determinação do *impairment* relacionado, que pode impactar o valor destes ativos nas demonstrações contábeis, e por isso consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: Entendimento e avaliação dos processos de avaliação e adequação da divulgação; capitalização do imobilizado e intangível através de teste documental em base amostral das movimentações dos bens tangíveis e intangíveis; avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas na análise de recuperabilidade.

Ênfase

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 06, a Companhia mantém registrado na rubrica Tributos a Recuperar, no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$296.689 mil. Esse valor decorre de impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização ocorrerá pela geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Ainda conforme mencionado na Nota Explicativa nº 06, do montante dos Tributos a Recuperar, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 135.549 mil. Referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A, de 08 de abril de 2011. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, em reunião realizada em 01 de junho de 2017, Assembleia Geral Extraordinária-AGE da Telebras aprovou a incorporação da subsidiária integral Telebrás Copa S.A.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, a Companhia participa do capital social das coligadas Visiona Tecnologia Espacial S/A, com 49%; Cabos Brasil Europa S/A, com 35%; e EllaLink Spain S/A,

com 35%. As demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2017 destas coligadas foram examinadas por outros auditores independentes. O relatório dos auditores relativo a Visiona Tecnologia Espacial S/A, datado de 21 de fevereiro de 2018, foi emitido contendo ênfase quanto ao fato de parte significativa dos saldos e transações da Companhia ocorrem com partes relacionadas, e, portanto, o resultado de suas operações poderia ser diferente caso essas transações fossem efetuadas com partes não relacionadas. A opinião do auditor não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, a Companhia mantém registrado na rubrica “Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP”, no passivo não circulante o valor de R\$ 48.254 mil, apurado a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos capitalizáveis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, a Companhia mantém registrado na rubrica “Recursos Capitalizáveis”, saldo de R\$ 1.329.601 mil. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC concedido pela União, o qual vem sendo corrigido pela taxa SELIC e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Fase pré-operacional de projetos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionando seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL – Decreto 7.175/2010; e (ii) ampliar sua carteira de clientes corporativos. Projetos Especiais também estão no foco das ações da Telebras, sendo: (i) a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais. A conclusão dos projetos em andamento e equipamentos em aquisição e a consequente ampliação da capacidade de geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma dos projetos em andamento, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, quer seja de seus acionistas ou de terceiros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes e emitiram o relatório datado em 24 de fevereiro de 2017, apresentado para fins de comparação, e não conteve qualquer modificação, mas conteve parágrafos de ênfases sobre os mesmos temas que estamos mantendo no presente relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 28 de fevereiro de 2018.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"
CNPJ 00.336.701/0001-04
Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	198.922	282.735	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	14	10.562	9.299
Contas a Receber de Clientes	5	32.965	21.720	Fornecedores	17	122.641	40.119
Tributos a Recuperar	6	97.013	75.074	Tributos Indiretos	18	14.008	7.032
Depósitos Judiciais	7	8.398	8.009	Empréstimos e Financiamentos	22	39.003	3.563
Dividendos a Receber	9	11.547	5.456	Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	19	19.735	17.763
Aplicações Financeiras	10	2.015	1.631	Credores por Perdas Judiciais	20	14.851	12.205
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	8.1	5.607	11.634	Outras Obrigações	24	9.554	7.509
Outros Ativos Realizáveis	8.2	9.459	7.096	Total do Circulante		230.354	97.490
Total do Circulante		365.926	413.355				
Não Circulante				Não Circulante			
Aplicações Financeiras	10	55.572	51.208	Tributos Indiretos	18	434	434
Tributos a Recuperar	6	199.676	177.061	Empréstimos e Financiamentos	22	212.475	245.951
Depósitos Judiciais	7	32.017	29.776	Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	19	29.052	25.544
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	8.1	-	16.475	Credores por Perdas Judiciais	20	316.247	324.199
Outros Ativos Realizáveis	8.2	164	592	Provisão Programa de Indenização por Serviços Prestados	15	48.254	47.938
		287.429	275.112	Credores Empresas de Telecom. Processos de Cisão		48.682	48.682
				Grupamento de Ações	16	13.097	13.102
Investimentos	11	69.193	77.145	Receitas Recebidas Antecipadamente	23	607.209	508.446
Imobilizado	12	2.683.307	2.275.655	Recursos Capitalizáveis	21	1.329.601	2.233.652
Intangível	13	19.371	18.661	Outras Obrigações	24	-	14.593
Total do Não Circulante		3.059.300	2.646.573	Total do Não Circulante		2.605.051	3.462.541
				Patrimônio Líquido	25		
				Capital Social		1.594.667	263.145
				Prejuízos Acumulados		(1.013.437)	(769.620)
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		8.702	6.483
				Ações em Tesouraria		(111)	(111)
				Total do Patrimônio Líquido		589.821	(500.103)
Total do Ativo		3.425.226	3.059.928	Total do Passivo		3.425.226	3.059.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"
CNPJ 00.336.701/0001-04
Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	<u>2017</u>	<u>2016</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	73.293	56.054
Custos dos Serviços Prestados	27	(193.246)	(159.676)
Lucro Bruto		(119.953)	(103.622)
Receitas / (Despesas) Operacionais		(91.616)	(90.194)
Comercialização dos Serviços	27	(44.278)	(20.407)
Despesas Gerais e Administrativas	27	(74.224)	(64.413)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	23.899	(3.964)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	28	2.987	(1.410)
Outras Receitas Operacionais		15.476	4.933
Outras Despesas Operacionais		(12.489)	(6.343)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro		(211.569)	(193.816)
Resultado Financeiro	29	(32.248)	(77.067)
Receitas Financeiras		22.972	10.631
Despesas Financeiras		(55.220)	(87.698)
Prejuízo Líquido do Exercício		(243.817)	(270.883)
Prejuízo Básico e Diluído por Ação em Reais:	25.6		
Ações Ordinárias – Básicas e diluídas		(16,2556)	(18,0713)
Ações Preferenciais – Básicas e diluídas		(16,2556)	(18,0713)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"
CNPJ 00.336.701/0001-04
Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
Prejuízo do Exercício	(243.817)	(270.883)
Outros Resultados Abrangentes	2.219	(10.460)
Itens que poderão ser Reclassificados para o Resultado:	2.219	(10.460)
Equivalência patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes em Coligadas	1.809	(10.639)
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	384	179
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	26	-
Resultado Abrangente Total	(241.598)	(281.343)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"
CNPJ 00.336.701/0001-04
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	263.145	(498.737)	16.943	(111)	(218.760)
Resultados Abrangentes Total:					
Prejuízo do Exercício	-	(270.883)	-	-	(270.883)
Outros Resultados Abrangentes:					
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	(10.639)	-	(10.639)
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	179	-	179
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>263.145</u>	<u>(769.620)</u>	<u>6.483</u>	<u>(111)</u>	<u>(500.103)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	263.145	(769.620)	6.483	(111)	(500.103)
Transações de Capital com Acionistas:					
Aumento de Capital	1.331.522	-	-	-	1.331.522
Resultados Abrangentes Total:					
Prejuízo do Exercício	-	(243.817)	-	-	(243.817)
Outros Resultados Abrangentes:					
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	1.809	-	1.809
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	384	-	384
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-	-	26	-	26
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.594.667</u>	<u>(1.013.437)</u>	<u>8.702</u>	<u>(111)</u>	<u>589.821</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"
CNPJ 00.336.701/0001-04
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(243.817)	(270.883)
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	60.795	49.311
Provisão/Rever. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	601	(4.063)
Variação Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	4.962	11.546
Equivalência Patrimonial	(23.899)	3.964
Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Aumento de Capital	27.861	51.258
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	16.292	5.756
Variação Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	15.620	23.686
Variação Monetária de Depósitos Judiciais	(2.478)	(2.486)
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	24.534	248
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(87)	(75)
	124.201	139.145
Mutações Patrimoniais:		
Contas a Receber de Clientes	(13.342)	(6.283)
Tributos a Recuperar	(43.234)	(58.821)
Depósitos Judiciais	(152)	(83)
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	1.263	1.051
Fornecedores	54.362	(51.239)
Receita Recebida Antecipadamente	98.763	117.846
Outras Contas Ativas e Passivas	5.070	2.480
	102.730	4.951
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio Recebidos	87	75
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(7.511)	(7.413)
Pagamento de Causas Judiciais - Cíveis	(83)	(6.845)
Pagamento de Acordos Judiciais - Principal	(5.746)	(9.685)
Pagamento de Acordos Judiciais - Encargos	(15.180)	(24.892)
	(28.433)	(48.760)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais	(45.319)	(175.547)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado / Intangível	(256.131)	(476.955)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(164)	(2.366)
Integralização de Capital em Coligada	(1.174)	-
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	(257.469)	(479.321)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimento de Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	218.980	685.698
Pagamento a Acionistas - Fração de Grupamento de Ações	(5)	(5)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	218.975	685.693
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(83.813)	30.825
Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	198.922	282.735
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	282.735	251.910
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	(83.813)	30.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"
CNPJ 00.336.701/0001-04
Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
Receitas	110.657	93.671
Prestação de Serviços	98.136	72.762
Outras Receitas	16.913	4.894
Construção de Ativo Próprio	20.142	16.263
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(24.534)	(248)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(75.892)	(67.492)
Custos dos Serviços Vendidos	(46.970)	(49.670)
Materiais	(119)	(154)
Serviços de Terceiros	(6.932)	(7.683)
Serviços Técnicos Administrativos	(10.174)	(7.986)
Perdas	(10.130)	(4)
Outras Despesas	(1.567)	(1.995)
Valor Adicionado Bruto	34.765	26.179
Retenções	(60.795)	(49.311)
Depreciação	(58.403)	(46.777)
Amortização	(2.392)	(2.534)
Valor Adicionado Líquido Produzido	(26.030)	(23.132)
Valor Adicionado Recebido em Transferência	41.790	15.090
Resultado de Equivalência Patrimonial	23.899	(3.964)
Receitas Financeiras	10.711	11.976
Aluguéis	7.093	7.003
Dividendos	87	75
Valor Adicionado Total a Distribuir	15.760	(8.042)
Distribuição do Valor Adicionado	15.760	(8.042)
Empregados	92.247	77.187
Remuneração Direta	46.791	43.762
FGTS	4.579	4.977
Benefícios Sociais	10.482	9.287
Outros Encargos Sociais	13.364	13.181
Programa de Indenização por Serviços Prestados	16.292	5.756
Mão-de-Obra Temporária - Serviços Prestados - PF	739	224
Impostos, Taxas e Contribuições	34.453	41.602
Federais	6.076	16.468
Estaduais	28.128	24.859
Municipais	249	275
Remuneração de Capitais de Terceiros	132.877	144.052
Remuneração do Capital de Terceiros	55.131	86.432
Aluguéis, Locações e Licença de Uso	50.954	48.455
Meios de Conexão e Transmissão	26.782	9.146
Seguros	10	19
Remuneração de Capitais Próprios	(243.817)	(270.883)
Prejuízos do Exercício	(243.817)	(270.883)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 A Companhia e suas operações

A Telecomunicações Brasileiras S.A. (“Companhia ou Telebras”), sediada no SIG Qd. 4, Bl. A, 3º andar – Edifício Capital Financial Center – Brasília-DF, endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei 5.792, de 01 de julho de 1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 07 de abril de 2011), portanto rege-se pela Lei 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis (“Telebras” ou “Companhia”).

1.2 Incorporação da TELEBRAS COPA S.A

Em 1 de junho de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária-AGE da Telebras aprovou a incorporação da Telebras Copa S.A ao patrimônio da Telebras nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de setembro de 2016, data base da operação, no montante de R\$ 28.769; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação.

Como decorrência natural, a Telebras Copa S.A teve sua personalidade jurídica extinta e a Telebras passou à condição de sucessora, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações.

A Incorporação ocorreu após a finalização dos eventos para os quais a Telebras Copa S.A foi criada, ou seja, prestação de serviços de telecomunicações à *Fédération Internationale de Football Association* – FIFA e seus parceiros e conveniados durante a realização da Copa do Mundo de 2014.

Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não haverá aumento de capital na Telebras nem emissão de novas ações.

O acervo líquido incorporado ao patrimônio da Telebras conforme laudo de avaliação em 30 de setembro de 2016 é apresentado a seguir:

Ativo	
Circulante	29.361
Contas a Receber de Clientes	22.437
Tributos a Recuperar	1.320
Outros Ativos Realizáveis	5.604
Total	29.361
Passivo	
Circulante	19
Tributos a Recolher	19
Não Circulante	573
Outras Obrigações	573
Total do Passivo Exigível	592
Acervo Líquido	28.769



O saldo do investimento na controlada Telebras Copa S.A foi eliminado no processo de incorporação.

1.3 Contratos assinados com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Programa GESAC, DATAPREV e Ministério do Trabalho

1.3.1 Contrato com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Programa GESAC

Em 13 de dezembro de 2017, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – (MCTIC) assinou contrato com a TELEBRAS para prestação de serviços em regime continuado de transmissão bidirecional de dados, em âmbito nacional para atendimento do Programa GESAC.

O prazo do contrato é de 60 (sessenta) meses com início em 13 de dezembro de 2017 e encerramento em 13 de dezembro de 2022 e o valor total contratado é de R\$ 663.575. Do total do contrato, o MCTIC realizou a antecipação de R\$ 60.000, que servirá como garantia de banda do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC.

O objetivo principal, para o primeiro ano de contrato, é conectar milhares de escolas rurais, o que beneficiaria cerca de três milhões de alunos, além das Unidades de Fronteira do Exército, Unidades Básicas de Saúde em localidades rurais, quilombolas e mais de 200 aldeias indígenas.

O programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) oferece gratuitamente conexão à internet em banda larga - por via terrestre e satélite - a telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos. O programa é coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e direcionado, prioritariamente, para comunidades em estado de vulnerabilidade social, em todo o Brasil, que não têm outro meio de serem inseridas no mundo das tecnologias da informação e comunicação.

1.3.2 Contrato com a DATAPREV

Em 14 de março de 2017, a DATAPREV assinou contrato com a TELEBRAS para fornecimento de toda a rede de previdência, incluído agências, gerência e superintendências regionais e entidade parceiras. Ao todo a rede da DATAPREV é formada por mais de 1.700 circuitos ativos de comunicação de dados em todo o Brasil, conectados aos data centers da DATAPREV.

A TELEBRAS prestará serviços de comunicação para rede de dados, por um período de 60 (sessenta) meses, objetivando a interligação de endereços de interesse da DATAPREV situados em todo território nacional, com fornecimento de equipamentos de roteamento, ao preço total estimado de R\$ 292.815.

1.3.3 Contrato com Ministério do Trabalho

Em 23 de março de 2017, o Ministério do Trabalho contratou a TELEBRAS para prestação de serviços de telecomunicações com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem entre as unidades do Ministério do Trabalho em todo o território nacional. O contrato tem prazo de 12 (doze) meses com possibilidade de prorrogação e o preço total contratado foi de R\$ 62.813.



1.4 Lançamento e Controle do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC

Em 4 de maio de 2017, foi realizado com sucesso o lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC. O lançamento ocorreu no Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa.

O SGDC é um satélite geoestacionário de uso civil e militar, sendo até o momento o único satélite brasileiro que cobre 100% do território brasileiro em banda Ka. Fruto de uma parceria entre o MCTIC e o Ministério da Defesa, recebeu R\$ 2,7 bilhões em investimentos. Adquirido pela Telebras, tem uma banda Ka, que será utilizada para comunicações estratégicas do governo e implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) – especialmente em áreas remotas –, e uma banda X, que corresponde a 30% do investimento total do projeto, de uso exclusivo das Forças Armadas.

Em 30 de junho de 2017, a Telebras assumiu o controle total do satélite, com a operacionalização acontecendo tanto da sede da empresa, como dos Centros de Operações Espaciais do Satélite Geoestacionário, COPE – P e COPE-S, situados em Brasília e Rio de Janeiro, respectivamente.

As Forças Armadas iniciarão suas atividades operacionais em banda X a partir de fevereiro deste ano. Por outro lado, a Telebras já implantou as antenas das estações de acesso e está em fase de implantação do sistema de banda base na banda Ka para iniciar a operação comercial em todo o território brasileiro em março do corrente ano.

1.5 Aumento de Capital

Em 26 de setembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária de nº. 101 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 1.331.522, passando o capital social de R\$ 263.145 para R\$ 1.594.667. O aumento de capital representou a emissão 37.761.220 novas ações, sendo, 29.528.808 ações ordinárias e 8.232.412 ações preferenciais.

Os recursos para o aumento de capital foram oriundos dos aportes de capital realizados pelo acionista controlador “União”, e foram aprovados através do Decreto presidencial s/n de 19 de outubro de 2016. A composição do aumento de capital no valor de R\$ 1.331.522 é composta por recursos aportados entre os exercícios de 2011 e 2015, que corresponde ao valor de R\$ 846.527; saldo residual de aportes anteriores, na ordem de R\$ 7.757; e a atualização monetária destes montantes até o dia 31 de julho de 2017 no montante de R\$ 477.038.

Esses recursos objeto da capitalização foram aplicados na implementação do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL e do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica - SGDC, com o objetivo de fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação, promovendo, cada vez mais, a inclusão social e econômica através do acesso à internet no país.



2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e sua controlada.

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (2.2) a seguir.

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (2.3).

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2016.

2.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

Com a aprovação da incorporação da Telebras Copa S.A pela Telebras em 1 de junho de 2017 pela Assembleia Geral Extraordinária-AGE, a Companhia não está apresentando Demonstrações Contábeis Consolidadas, pois a Telebras Copa S.A era a única empresa controlada.

2.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão destas Demonstrações Contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 01 de março de 2018.

2.2 Resumo das principais políticas contábeis

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda de apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da empresa consolidada nestas Demonstrações Contábeis.



Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

As aplicações financeiras são realizadas no Banco do Brasil S.A e na Caixa Econômica Federal conforme legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal. (Nota Explicativa 4)

2.2.3 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável. (Notas Explicativas 5 e 10)

2.2.4 Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de comunicação multimídia estão avaliadas pelo valor do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às locações e alugueis de equipamentos e meios de conexão. A estimativa da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é elaborado de acordo com critérios que a Administração entende serem adequados para cobrir possíveis perdas. (Nota Explicativa 5)



2.2.5 Ativos financeiros

2.2.5.1 Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

2.2.5.1.1 Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e suas estratégias de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa. (Nota Explicativa 4)

2.2.5.1.2 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Os ativos mantidos até o vencimento que a Companhia tem classificados nesta categoria até 31 de dezembro de 2017 são Aplicações financeiras que representam garantias vinculadas a acordo judicial com a PREVI e ao financiamento captado junto à FINEP (Nota Explicativa 10).

2.2.5.1.3 Empréstimos e recebíveis

Os Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: Caixa e Bancos (Nota Explicativa 4), Contas a receber (Nota Explicativa 5), e Dividendos a receber (Nota Explicativa 9).

2.2.5.1.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias



anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Nesta categoria estão classificadas as aplicações financeiras em Título Mobiliários (Ações) (Nota Explicativa 10).

2.2.5.1.5 Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.2.6 Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis Individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto (quando aplicáveis), assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis de controladas (quando aplicável) são consolidadas integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto (quando aplicável) são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. (Nota Explicativa 11)

2.2.7 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros



benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente. (Nota Explicativa 12)

2.2.8 Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- i. É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- ii. A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- iii. Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- iv. Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e



- v. O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

A Companhia possui Direitos sobre Autorizações pagos à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização terá início a partir do momento em que o satélite entrar em operação em sua posição geoestacionária. (Nota Explicativa 13).

2.2.9 Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (*Impairment test*)

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Telebras deverá ser revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, deverá ser constituída provisão para desvalorização ajustando, o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa (“UGC”) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital “The Capital Asset Pricing Model” (“CAPM”) (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

As perdas em operações continuadas, incluindo a desvalorização de estoques, são reconhecidas na demonstração dos resultados em contas de despesas compatíveis com a função dos ativos.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado,



líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- i. **Ágio:** o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio (quando aplicável) é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.
- ii. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
- iii. **Avaliação do valor em uso:** As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: **Receitas:** As receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado; **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e **Investimentos de capital:** Os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

2.2.10 Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil (quando aplicável) são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia, nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; e (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.



2.2.11 Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

2.2.12 Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 22); fornecedores (Nota Explicativa 17); e outras contas a pagar.

2.2.13 Instrumentos financeiros derivativos

A Telebras não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.2.14 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário são apresentados como passivo não circulante. (Nota Explicativa 17)

2.2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais (quando aplicável) e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.



Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. (Nota Explicativa 22)

2.2.16 Provisões

2.2.16.1 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos (quando cabível), sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. (Nota Explicativa 19)

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. (Nota Explicativa 29)

2.2.16.2 Benefícios a empregados

2.2.16.2.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago aos planos de bonificação, em espécie ou em participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação, em função de serviço prestado pelo empregado, que possa ser estimada de maneira confiável.

2.2.16.2.2 Benefícios pós-emprego

Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia em benefício de seus empregados são administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia conta com planos de benefícios definidos e contribuições definidas, além do Plano de Assistência Médica ao Aposentado.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos



de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, quando aplicável.

O ativo quando reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

2.2.16.3 Programa de indenização por serviços prestados (PISP)

O programa de indenização por serviços prestados (PISP) foi constituído pela Telebrás em 1998, no contexto da privatização e reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro, com o objetivo de proporcionar suporte financeiro para os colaboradores que, em face da iminente dissolução da empresa, deveriam buscar recolocação no mercado de trabalho (Nota Explicativa 15).

O programa ainda em vigor contempla benefícios aos colaboradores, a serem concedidos quando se desligassem da empresa. O programa é constituído das seguintes vantagens, acrescidas às verbas rescisórias de praxe:

- i. indenização pecuniária: doze vezes o salário e anuênio percebidos pelo colaborador no mês de seu desligamento, acrescido de um por cento por ano de serviço prestado ao Sistema Telebrás;
- ii. indenização a alimentação: doze vezes o valor mensal do auxílio alimentação;
- iii. indenização de assistência médica: doze vezes o valor mensal de um plano de saúde; e
- iv. indenização Fundação de Seguridade Social: mensalidades do plano de seguridade social por um período de doze meses.

2.2.17 Demais ativos e passivos

Os outros ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.2.18 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.



2.2.18.1 Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

2.2.18.2 Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

2.2.18.3 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo, apurado com base no estatuto social e na política de dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é destacado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como “Dividendos adicionais propostos”, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral.

2.2.19 Reconhecimento de receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As receitas de alugueis e locações são cobradas e registradas de acordo com as bases contratuais. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e a alugueis e locações de equipamentos e meios de conexão são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

2.2.20 Reconhecimento de despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.



2.2.21 Receitas e Despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras, variação monetária sobre depósitos judiciais e outros ganhos financeiros. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, juros sobre adiantamento para futuro aumento de capital, juros sobre provisão para riscos prováveis, credores por perdas judiciais e outras transações financeiras. (Nota Explicativa 29)

2.2.22 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada ainda, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Administração da Companhia decidiu pela não constituição de ativo fiscal diferido até que Telebras passe a apresentar lucro tributário futuro de forma consistente. (Nota Explicativa 6).

2.2.23 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações,



com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. (Nota Explicativa 25.5).

2.2.24 Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

2.2.25 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS 7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

2.3.1 Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.



Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias. (Nota Explicativa 5)

2.3.2 Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos estão demonstradas nas Notas Explicativas 12 e 13, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar dependendo da região onde se encontram instalados.

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

2.3.3 Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Contábeis.



2.3.4 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota Explicativa 19. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos (quando cabível). É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto, resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

2.3.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado. (Nota Explicativa 3.3)

2.3.6 Benefícios a pós-emprego

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia. (Nota Explicativa 30)

2.4 Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Telebras.

2.4.1 IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 trouxe são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado), dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em



resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de impairment para ativos financeiro sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Essa norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia, haja vista que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco de impairment ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras.

2.4.2 IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

Essa nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.

A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

2.4.3 IFRS 16 – Arrendamentos

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

3. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1. Fatores de risco

A Administração da Companhia tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas realizadas pela Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que



porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade da Companhia.

Essa política trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades da Companhia.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.1. Gestão de capital

Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, monitorando os seus níveis de capital de giro líquido.

3.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta a risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros em instituições financeiras.

3.1.2.1. Inadimplência das contas a receber de clientes

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua tempestivamente da seguinte forma: Notificações de débito e de cobrança; Política de negociação de débitos; Interrupção dos serviços e negativação do cliente; Inclusão no Cadin; e Cobrança Judicial.

3.1.2.2. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros

O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimentos financeiros, que é administrado pela Diretoria da Companhia, é mitigado pela seleção dos investimentos considerados de baixo risco pelo mercado financeiro e investimentos vinculados a títulos de bancos públicos, principalmente, devido às restrições impostas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil), que definem, através da Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil, que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas em fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Neste sentido, as disponibilidades da Companhia são aplicadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.



3.1.3. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolso e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Companhia. Dado isso, possíveis reduções são detectadas com antecedência permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

	Valor	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não Derivativos					
Fornecedores	121.974	121.974	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	251.478	39.003	60.708	91.062	60.705
Acordo Judicial FUNCEF	61.072	3.582	10.254	12.305	34.931
Acordo Judicial PREVI	134.477	11.269	20.689	31.033	71.486
Total	569.001	175.828	91.651	134.400	167.122

3.1.4. Risco de mercado

3.1.4.1. Risco de taxa de juros

Consiste na possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros fazendo, com que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzem o rendimento dos ativos sujeitos a juros flutuantes e/ou quando a flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos e passivos, que estejam marcados a mercado, e que sejam corrigidos com taxas pré-fixadas.

As principais linhas das demonstrações contábeis sujeitas a risco de taxa de juros são:

Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros - Devido a limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.284/2005 para aplicação de seus recursos disponíveis para investimentos, a exposição da Companhia para este tipo de risco é baixa. Os investimentos financeiros da Companhia são realizados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A.

3.1.5. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.



O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos operacionais ou financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Nesse sentido, a Companhia vem trabalhando para ampliar e melhorar a infraestrutura de rede de fibras ópticas (*Backbone*) do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), a fim de atender ao que determina o Decreto 8.135/2013 e ampliar sua área de atuação, bem como sua carteira de clientes corporativos. Além do PNBL, a Telebras vem trabalhando fortemente nos preparativos para entrada em operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que teve seu lançamento em 4 de maio de 2017 e que já se encontra em seu posicionamento orbital final e sobre o controle total da Telebras. Outro projeto de grande importância é o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais, que irá interligar a América do Sul à Europa com a transmissão de dados entre os dois continentes, que atualmente depende dos Estados Unidos da América.

Todas essas ações aliadas às ações de *marketing* têm, por objetivo, dar à Telebras o reconhecimento de uma empresa forte e competitiva no cenário nacional de telecomunicações, detentora de um backbone nacional de qualidade e de tecnologias modernas, promovendo o acesso aos melhores serviços de telecomunicações com qualidade e melhor relação custo/benefício. A conquista de novos mercados terá como consequência o expressivo aumento da receita operacional, a curto e médio prazos, com impactos positivos para o resultado da companhia.

3.2. Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação – (IFRS 7 - IASB), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Administração realizou a análise de sensibilidade apenas para o instrumento financeiro de Credores por Perdas Judiciais, pois quanto aos demais, a Administração entende que a Companhia não está exposta a riscos significativos que possam impactar de forma relevante os negócios da Telebras, como exposto nos itens acima.

Desta forma, no que se refere ao risco de elevação da inflação, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2018, o INPC será de 4,03% conforme estimativa retirada do Sistema de Expectativa de Mercado do Banco Central do Brasil. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.



Risco - Elevação da Inflação	Indexador	Valor Contábil	Cenários Projetados - 31/12/2018		
			Provável	Possível 25%	Remoto 50%
			4,03%	5,04%	6,05%
Credores por Acordos Judiciais					
PREVI	INPC	134.477	139.896	141.251	142.606
FUNCEF	INPC	61.072	63.533	64.149	64.764
Passivo Exposto		195.549	203.429	205.400	207.370
Efeito da Variação do INPC			(7.881)	(9.851)	(11.821)

3.3. Instrumento financeiros

3.3.1. Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

3.3.2. Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo, e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non-performance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.



Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2017		31/12/2016	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Equivalentes de Caixa	Valor Justo	Nível 2	198.113	198.113	281.909	281.909
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	809	809	826	826
Contas a Receber	Custo Amortizado		32.965	32.965	21.720	21.720
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		11.547	11.547	5.456	5.456
Mantidas até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado		55.572	55.572	51.208	51.208
Disponível para Venda						
Aplicações Financeiras (Ações)	Valor Justo	Nível 1	2.015	2.015	1.631	1.631
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		122.641	121.974	40.119	40.119
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado		251.478	251.478	249.514	249.514
Credores por Acordos Judiciais	Custo Amortizado		331.098	331.098	336.404	336.404

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Banco Conta Movimento	809	826
Aplicações Financeiras	198.113	281.909
Total	198.922	282.735

A Companhia mantém seus recursos disponíveis aplicados em fundos de investimentos extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A, conforme determina a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil no fundo extramercado FAE FI RF e na Caixa Econômica Federal no fundo – CEF EXTRA COMUM.



Os fundos têm prazo de resgate indeterminado, dependendo das necessidades da empresa, e têm remunerações atreladas aos índices IMA-B e IRFM (extramercado).

A remuneração média dos fundos nos últimos 12 (doze) meses foi de 11.01%.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2017	31/12/2016
Prestação de Serviços - Copa 2014 (i)	22.437	-
Serviço de Comunicação e Multimídia	36.053	22.711
Total a Receber Bruto	58.490	22.711
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(25.525)	(991)
Total a Receber Líquido	32.965	21.720

i) Trata-se de contas a receber referente ao contrato celebrado entre a Telebras Copa S.A (Incorporada) e o Ministério das Comunicações relativo ao Contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia. Este valor foi incorporado ao patrimônio da Telebras após a aprovação da incorporação da Telebras Copa S.A pela Telebras. Em dezembro de 2017, a Administração da Companhia incluiu o valor deste contas a receber na estimativa de perdas com crédito de liquidação duvidosa, por entender que não há certeza razoável quanto ao recebimento deste valor.

5.1. Valores a receber por idade de vencimento

A composição das contas a receber por idade de vencimento é apresentada conforme quadro a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	14.580	7.825
Vencidos	43.910	14.886
Até 30 dias	9.877	7.128
31 a 60 dias	2.633	2.757
61 a 90 dias	696	1.353
91 a 120 dias	732	296
121 a 150 dias	311	402
151 a 180 dias	381	169
Acima de 180 dias (i)	29.280	2.781
Contas a Receber - Bruto	58.490	22.711
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(25.525)	(991)
Contas a Receber - Líquido	32.965	21.720

(i) O crescimento dos débitos vencidos a mais de 180 dias é explicado pelo valor de R\$ 22.437, que foi incorporado aos ativos da Telebras quando da incorporação da Telebras Copa S.A.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o Grupo possuía valores a receber de Entidades Governamentais representativas do Governo Federal que representavam mais de 10% das contas a receber líquidas.



5.2. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

A perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na estimativa das perdas prováveis que possam ocorrer na cobrança dos créditos decorrentes do serviço de comunicação e multimídia, bem como da receita de alugueis e locações, que compõem a atividade principal da Companhia. A base para sua constituição tem os seguintes parâmetros: (i) contas a receber vencidas a 150 dias ou mais e que possuam valor menor ou igual a R\$ 5.000,00 (Reais) e (ii) contas a receber vencidas a 330 dias ou mais e que possuam valor maior que R\$ 5.000,00 (Reais), desde que cumpridas todas as cobranças administrativas.

A composição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa com o critério de constituição é apresentada a seguir:

Vencimentos:	31/12/2017
Faixa de 150 dias (i)	504
Faixa de 330 dias (ii)	25.021
Total	25.525

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha reconhecido perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 25.525 (R\$ 991 em 31 de dezembro de 2016). A Administração entende que o valor constituído é suficiente para cobrir possíveis perdas no recebimento dos créditos decorrentes da exploração das atividades.

A movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa nos doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 é apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	(743)
Adições	(725)
Reversão de Provisão	477
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(991)
Adições (i)	(24.690)
Reversão de Provisão	156
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(25.525)

(i) O aumento nas adições é explicado pela constituição de perda sobre o contas a receber do contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a realização da Copa do Mundo de 2014 e que teve parte do seu valor glosado pelo Ministério das Comunicações. (Nota Explicativa 5(i)).

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda a Recuperar/Compensar (i)	158.611	146.115
IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio – JSCP	22.543	22.543
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	6.849	6.776
PIS	5.003	9.129
COFINS	23.007	10.564
FUST	19	19
FUNTELL	24	24
INSS	-	13
Tributos Federais:	216.056	195.183

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	31/12/2017	31/12/2016
ICMS a Recuperar	80.633	56.952
Tributos Estaduais:	80.633	56.952
Total	296.689	252.135
Circulante	97.013	75.074
Não Circulante	199.676	177.061

i) Representa o montante do Imposto de Renda a recuperar/compensar por pagamentos realizados a maior ou indevidos, retenções de órgãos públicos e retenções na fonte sobre aplicações financeiras.

Parte destes créditos inclui direitos creditícios cedidos à empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., no valor de R\$ 135.549 (R\$ 135.549 em 31 de dezembro de 2016), que faz parte do acordo firmado entre a Telebras e a VTUM e constaram de Termo de Transações e Outras Avenças. Estes créditos encontram-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº. 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº. 202/2011-A de 8 de abril de 2011 (Nota Explicativa 20.3.1) e estão atualizados pela variação da Selic até 30 de setembro de 2014 e não são objetos de compensações por parte da Telebras.

6.1. Movimento do período

Natureza/Tributo	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Ocorrências no Período								Saldo em 31 de dezembro de 2017
		Adições	Retenções	Transferências	Incorporação Telebras Copa	Pagamentos Antecipados	Compensação de Pagamentos	Pagamentos a Maior / Indevidos	Atualizações Monetárias	
Pagamento a maior ou Indevido	101.224	-	-	1.929	-	-	(4.331)	-	9	98.831
Retenções de Órgãos Públicos	28.484	-	6.014	(28.484)	-	-	-	-	-	6.014
Retenções sobre Rendimentos de Aplicações Financeiras	16.388	-	6.816	(15.553)	1.320	-	-	-	-	8.971
Retenção sobre Juros sobre Capital Próprio	22.562	-	7	(19)	-	-	-	-	-	22.550
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	-	-	-	42.127	-	-	(6.592)	-	9.253	44.788
Prejuízos Fiscais a Recuperar	135.547	-	-	-	-	-	-	-	-	135.547
Diferenças Temporárias	36.716	-	-	-	-	-	-	-	-	36.716
Provisão para Perdas - Prejuízos Fiscais e Diferenças Temporárias	(172.263)	-	-	-	-	-	-	-	-	(172.263)
Subtotal - Imposto de Renda	168.658	-	12.837	-	1.320	-	(10.923)	-	9.262	181.154
Pagamento a maior ou Indevido	1.107	-	-	(779)	-	-	-	-	-	328
Retenções de Órgãos Públicos	5.669	-	1.253	(5.669)	-	-	-	-	-	1.253
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	-	-	-	6.448	-	-	(1.736)	-	556	5.268
Base Negativa de CSLL	48.797	-	-	-	-	-	-	-	-	48.797
Diferenças Temporárias	13.218	-	-	-	-	-	-	-	-	13.218
Provisão para Perdas - Base Negativa CSLL e Diferenças Temporárias	(62.015)	-	-	-	-	-	-	-	-	(62.015)
Subtotal - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	6.776	-	1.253	-	-	-	(1.736)	-	556	6.849
Retenções de Órgãos Públicos	9.036	-	909	(5.637)	-	-	(114)	-	809	5.003
Outras - Operações	93	-	-	(93)	-	-	-	-	-	-
Subtotal - PIS	9.129	-	909	(5.730)	-	-	(114)	-	809	5.003
Retenções de Órgãos Públicos	10.135	-	4.185	5.517	-	-	(544)	-	3.714	23.007
Outras - Operações	429	-	-	(429)	-	-	-	-	-	-
Subtotal - COFINS	10.564	-	4.185	5.088	-	-	(544)	-	3.714	23.007
Pagamento a maior ou Indevido	19	-	-	-	-	-	-	-	-	19
Subtotal - FUST	19	-	-	-	-	-	-	-	-	19
Pagamento a maior ou Indevido	24	-	-	-	-	-	-	-	-	24
Subtotal - FUNTEL	24	-	-	-	-	-	-	-	-	24
Pagamento a maior ou Indevido	13	-	(13)	-	-	-	13	(13)	-	-
Subtotal - INSS	13	-	(13)	-	-	-	13	(13)	-	-
Pagamento a maior ou Indevido	208	-	-	-	-	-	-	46	-	254



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Natureza/Tributo	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Ocorrências no Período								Saldo em 31 de dezembro de 2017
		Adições	Retenções	Transferências	Incorporação Telebras Copa	Pagamentos Antecipados	Compensação de Pagamentos	Pagamentos a Maior / Indevidos	Atualização Monetária	
Pagamento Antecipado	2	-	-	-	-	144	(81)	-	-	65
Créditos sobre Compras - Serviços de Telecom	-	1.743	-	-	-	-	(786)	-	-	957
Sobre Aquisições do Imobilizado	56.674	22.615	-	-	-	-	-	-	-	79.289
Outras - Operações	68	-	-	-	-	-	-	-	-	68
Subtotal - ICMS	56.952	24.358	-	-	-	144	(867)	46	-	80.633
TOTAL	252.135	24.358	19.171	(642)	1.320	144	(14.171)	33	14.341	296.689

6.2. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia é o lucro real anual com antecipações mensais.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado contábil antes do IR e da CS	(243.817)	(243.817)	(270.883)	(270.883)
Adições/(Exclusões) Permanentes:	(12.945)	(12.945)	(71.771)	(71.771)
Adições permanentes	12.871	12.871	5.014	5.014
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	1.748	1.748	3.964	3.964
Outras Adições	11.123	11.123	1.050	1.050
Exclusões permanentes	(25.816)	(25.816)	(76.785)	(76.785)
Resultado positivo de Equivalência Patrimonial	(25.647)	(25.647)	-	-
Rever. de Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	-	-	(76.785)	(76.785)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Recebidos	(87)	(87)	-	-
Outras Exclusões	(83)	(83)	-	-
Adições/(Exclusões) Temporárias:	51.250	51.250	13.803	13.803
Adições temporárias:	51.510	51.510	19.047	19.047
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	5.666	5.666	11.899	11.899
Provisão p/ Prog. de Indenização por Serviços Prestados - PISP	16.790	16.790	5.756	5.756
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	24.690	24.690	725	725
Provisões - Custos/Despesas	4.364	4.364	667	667
Exclusões temporárias:	(260)	(260)	(5.244)	(5.244)
Baixa de prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(104)	(104)	(4.767)	(4.767)
Outras Exclusões	(156)	(156)	(477)	(477)
Base de Cálculo Negativa	(205.512)	(205.512)	(328.851)	(328.851)

6.3. Créditos fiscais diferidos e não registrados

A Companhia não registra os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, até que a Companhia passe a apresentar lucro tributável sustentável. No quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2017 e de 31 de dezembro de 2016:



	Imposto de Renda (25%)		Contribuição Social (9%)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	53.021	51.630	18.606	18.105
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	6.381	248	2.297	22
Prov. p/ Prog. De Indenização por Serviços Prestados	27.195	22.998	9.401	7.890
Prejuízo fiscal/base negativa	256.572	205.194	92.366	73.870
Total	343.169	280.070	122.670	99.887

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos ao imposto de renda e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas, tributários e societários. A composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados às provisões para riscos prováveis está assim distribuída:

Natureza	31/12/2017			31/12/2016		
	Vinculados	Não vinculados	Total	Vinculados	Não vinculados	Total
	(A)	(B)	(A+B)	(A)	(B)	(A+B)
Cível/Societário	3.698	32.443	36.141	3.553	30.450	34.003
Trabalhista	2.537	326	2.863	2.172	287	2.459
Tributária	38	1.373	1.411	35	1.288	1.323
Total	6.273	34.142	40.415	5.760	32.025	37.785
Circulante	4.081	4.317	8.398	3.847	4.162	8.009
Não Circulante	2.192	29.825	32.017	1.913	27.863	29.776

7.1. Movimento dos depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.760
Adições	152
Transferências entre Vinculados e Não Vinculados	88
Baixas	(80)
Atualização Monetária	353
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.273
Circulante	4.081
Não Circulante	2.192

7.2. Movimento dos depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2016	32.018
Adições	132
Transferências entre Vinculados e Não Vinculados	(88)
Resgates	(13)
Baixas – Despesas com Perdas Judiciais	(39)
Atualização Monetária	2.132
Saldo em 31 de dezembro de 2017	34.142
Circulante	4.317
Não Circulante	29.825

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens de provisões para riscos prováveis referem-se a diversos processos em que a TELEBRAS figura como ré ou autora.



8. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS

8.1. Valores a receber de colaboradores cedidos

A Companhia possui Colaboradores cedidos à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e a outros Órgãos Governamentais. Os valores a receber referem-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais, inclusive provisões de férias e 13º salários.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os valores a receber referente à cessão de Colaboradores da TELEBRAS às entidades governamentais estão apresentadas no quadro a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (i)	2.337	24.807
Órgãos Governamentais	3.270	3.302
Total	5.607	28.109
Circulante	5.607	11.634
Não Circulante	-	16.475

(i) Em dezembro de 2017, a Administração da Companhia realizou uma análise sobre os valores a receber dos Colaboradores cedidos à ANATEL e com base no resultado optou pela baixa dos valores provisionados. A opção pela baixa ocorreu por entender que tais ativos não apresentavam uma capacidade de geração de benefícios econômicos futuros para a Companhia, pois não há certeza quanto aos recebimentos de tais valores.

O total dos valores baixados totalizou R\$ 24.625, sendo que R\$ 16.475 se refere a provisões do Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP e R\$ 8.150 referente a verbas rescisórias e indenizatórias, inclusive PISP, proporcionais ao tempo de cessão pagas a colaboradores que foram cedidos à Anatel

A baixa destes valores foi reconhecida no resultado da Companhia.

8.2. Outros valores realizáveis

	31/12/2017	31/12/2016
Cauções e Retenções (i)	6.649	653
Créditos com Fornecedores	2.107	3.057
Adiantamento a Empregados	703	511
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	164	3.467
Total	9.623	7.688
Circulante	9.459	7.096
Não Circulante	164	592

(i) inclui parcela incorporada da Telebras Copa S.A no valor de R\$ 5.604 referente aos serviços prestados conforme contrato nº 10/2013-MC. (Nota Explicativa 5)

9. DIVIDENDOS A RECEBER

Em dezembro de 2017, a Companhia tinha reconhecido direitos a receber de dividendos declarados pela coligada VISIONA no montante de R\$ 11.547 (R\$ 5.456 em de dezembro de 2016).



10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2017	31/12/2016
Fundo BB Referenciado DI LP Corporativo 600 mil (i)	29.327	27.092
Fundo BB Extramercado FAE FI RF (ii)	26.245	24.116
Aplicações em Títulos Mobiliários (Ações) (iii)	2.015	1.631
Total	57.587	52.839
Circulante	2.015	1.631
Não Circulante	55.572	51.208

(i) A Telebras realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, em função de ação judicial com sentença transitada em julgado (Nota Explicativa 20).

(ii) Aplicação financeira realizada no Banco do Brasil S.A no fundo investimento BB – Extramercado FAE FI RF de acordo com a Resolução nº. 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A aplicação neste fundo tem prazo indeterminado e está vinculada ao mecanismo de garantia da operação de crédito com a FINEP até a liquidação da obrigação. A remuneração está atrelada ao índice IMA-B (Nota Explicativa 22).

(iii) Representa investimentos em Títulos mobiliários (ações) de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento na Amazônia (FINAM) e que são negociados na Bolsa de Valores - Bovespa. Estes investimentos estão classificados como instrumentos financeiros na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda e são avaliados pelo valor justo com o reconhecimento da variação do valor justo no patrimônio líquido.

11. INVESTIMENTOS

11.1. Informações das investidas

A Companhia detém participações societárias em controladas e em coligadas, conforme segue:

VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. (“VISIONA” ou Coligada), com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como, o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.

A Companhia efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R\$ 3.430 (R\$ 1.470 em 2012), totalizando R\$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A.



Em dezembro de 2016, a coligada aumentou seu capital social em R\$ 55.000, com a emissão de 55.000.000 de novas ações ordinárias, mediante a capitalização de reserva de investimento para capital de giro. Desta forma, o capital social da coligada passou a totalizar um montante de R\$ 65.000 (R\$ 10.000 em 31 de dezembro de 2016), neste aumento de capital social coube à Telebras a parcela correspondente à sua participação societária de 49% do capital social, ou seja, R\$ 26.950 com emissão de 26.950.000 ações a seu favor.

A VISIONA foi contratada pela TELEBRAS para fornecer o sistema do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), nos termos do Decreto nº 7.769/12.

CABOS BRASIL EUROPA S.A. (“CABOS BRASIL” ou coligada), é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP, constituída em 13 de julho de 2015, por prazo indeterminado, com Capital Social Subscrito de R\$ 3.500, dividido em 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, todas nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo a Telebras detentora de 35% do capital total, sendo que o 65% restantes pertencem à parceira Islalink S. L., sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha, com sede em Madrid, e tem por objeto a construção, operação, manutenção e a comercialização de infraestrutura de cabo submarino de telecomunicações e serviços afins, entre a Europa e o Brasil.

No ano de 2017, a coligada realizou aumento de capital social no montante de R\$ 1.280, com a emissão de 1.280.000 novas ações. Assim, o capital social passou de R\$ 10.260 para R\$ 11.540. Do total capitalizado, coube à Telebras a subscrição e integralização de R\$ 448 (448.000 ações), cujo valor foi repassado à coligada no primeiro semestre de 2017 e corresponde ao percentual de participação no capital social da coligada de 35%.

Após o aumento de capital a coligada passou a ter a seguinte composição acionária:

	Quantidade de ações		R\$ mil	
	Eulalink S.L.U	Telebras	Eulalink S.L.U	Telebras
Ações Ordinárias	7.501.000	4.039.000	7.501	4.039

ELLALINK SPAIN S.A. (“ELLALINK SPAIN” ou coligada), é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de Bilbao, Espanha, constituída em 10 de maio de 2017, por prazo indeterminado, sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha, com Capital Social Subscrito de R\$ 198 (€ 60), dividido em 60.000 (sessenta mil) ações ordinárias, todas nominativas com valor nominal de € 1 (um euro) cada, sendo a Telebras detentora de 35% do capital total, sendo que o 65% restantes pertencem à parceira Islalink S. L., sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha, com sede em Madrid, e tem por objeto a construção, operação, manutenção e a comercialização de infraestrutura de cabo submarino de telecomunicações e serviços afins, entre a Europa e o Brasil.

11.2. Incorporação da Telebras Copa S.A

Em 1 de junho de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária-AGE da Telebras aprovou a incorporação da Telebras Copa S.A ao patrimônio da Telebras nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de setembro de 2016, data base da operação, no montante de R\$ 28.769; acrescentando-se as



variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação.

Como decorrência natural, a Telebras Copa S.A teve sua personalidade jurídica extinta e a Telebras passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. (Nota Explicativa 1.2)

11.3. Composição dos investimentos

	31/12/2017	31/12/2016
Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	69.193	77.145

11.4. Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRAS	Valor Contábil	
						31/12/2017	31/12/2016
Visiona Tecnologia Espacial S.A	65.000	140.235	49,00	49,00	31.850.000	68.715	47.623
Telebras Copa S.A	100	28.769	100,00	100,00	1	-	28.769
Cabos Brasil Europa S.A	11.540	540	35,00	35,00	1.225.000	189	753
EllaLink Spain S.A	125	827	35,00	35,00	77.000	289	-
Total						69.193	77.145

11.5. Informações econômicas e financeiras resumidas

Investidas	31/12/2017			31/12/2016		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
Visiona Tecnologia Espacial S.A	176.261	36.026	25.213	127.998	30.808	73.084
Telebras Copa S.A	-	-	-	29.361	592	-
Cabos Brasil Europa S.A	688	148	-	2.355	204	-
EllaLink Spain S.A	1.650	823	-	-	-	-

11.6. Resultado dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	31/12/2017		31/12/2016	
	Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	Resultado de Equivalência Patrimonial	Prejuízo do Exercício	Resultado de Equivalência Patrimonial
Visiona Tecnologia Espacial S.A	52.341	25.647	(2.160)	(1.059)
Telebras Copa S.A	-	-	(475)	(475)
Cabos Brasil Europa S.A	(4.907)	(1.733)	(6.694)	(2.430)
EllaLink Spain S.A	(44)	(15)	-	-
Total		23.899		(3.964)

11.7. Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Visiona Tecnologia Espacial S.A	Telebras Copa S.A	Cabos Brasil Europa S.A	EllaLink Spain S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	47.623	28.769	753	-	77.145
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período	25.647	-	(1.733)	(15)	23.899

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Investidas	Visiona Tecnologia Espacial S.A	Telebras Copa S.A	Cabos Brasil Europa S.A	EllaLink Spain S.A	Total
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-	-	-	26	26
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	1.536	-	273	-	1.809
Dividendos Declarados	(6.091)	-	-	-	(6.091)
Integralização de Capital Social	-	-	-	278	278
Aumento de Capital Social	-	-	896	-	896
Incorporação Telebras Copa S.A	-	(28.769)	-	-	(28.769)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	68.715	-	189	289	69.193

11.8. Informações contábeis das controladas e coligadas**11.8.1. Visiona Tecnologia Espacial S.A**

Balanco Patrimonial	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Circulante	24.633	36.831
Não Circulante	151.628	91.167
Realizável a Longo Prazo	16.203	28.076
Investimento	131.619	58.781
Imobilizado	3.410	3.916
Intangível	396	394
Total	176.261	127.998
Passivo		
Circulante	35.910	30.808
Não Circulante	116	
Patrimônio Líquido	140.235	97.190
Total	176.261	127.998

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2017	31/12/2016
Receita Líquida	25.213	73.084
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(19.118)	(72.013)
Lucro Bruto	6.095	1.071
Receitas/(Despesas) Operacionais	(19.953)	(21.903)
Equivalência Patrimonial	69.703	17.032
Resultado antes do Resultado Financeiro	55.845	(3.800)
Resultado Financeiro	1.424	(4.853)
Resultado antes dos Tributos	57.269	(8.653)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.928)	6.493
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	52.341	(2.160)

11.8.2. Telebras Copa S.A

Balanco Patrimonial	31/12/2016
Ativo	
Circulante	29.361
Total	29.361
Passivo	
Não Circulante	592
Patrimônio Líquido	28.769
Total	29.361

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2016
Receitas/(Despesas) Operacionais	(593)
Resultado antes do Resultado Financeiro	(593)
Resultado Financeiro	168
Resultado antes dos Tributos	(425)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(50)
Lucro Líquido / (Prejuízo) do Exercício	(475)

11.8.3. Cabos Brasil Europa S.A

Balanco Patrimonial	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Circulante	635	1.595
Não Circulante	53	760
Investimento	-	691
Imobilizado	53	69
Total	688	2.355
Passivo		
Circulante	148	204
Patrimônio Líquido	540	2.151
Total	688	2.355

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2017	30/09/2016
Receitas/(Despesas) Operacionais	(3.499)	(2.176)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.428)	-
Resultado antes do Resultado Financeiro	(4.927)	(2.176)
Resultado Financeiro	20	73
Resultado antes dos Tributos	(4.907)	(2.103)
Prejuízo do Exercício	(4.907)	(2.103)

11.8.4. EllaLink Spain S.A

Balanco Patrimonial	31/12/2017
Ativo	
Circulante	1.634
Não Circulante	16
Realizável a Longo Prazo	16
Total	1.650
Passivo	
Circulante	823
Patrimônio Líquido	827
Total	1.650

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2017
Receitas/(Despesas) Operacionais	(64)
Resultado antes do Resultado Financeiro	(64)
Resultado Financeiro	5
Resultado antes dos Tributos	(59)
Tributos Diferidos	15
Prejuízo do Exercício	(44)



12. IMOBILIZADO

No imobilizado estão os bens destinados à manutenção das atividades da Telebras e estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que valor contábil dos bens estiverem superiores aos valores de recuperação. O valor contábil do imobilizado em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 2.683.307 (R\$ 2.275.655 em 31 de dezembro de 2016).

No decorrer do ano 2017, a Companhia capitalizou juros sobre ativos qualificáveis no montante de R\$ 157.054 (R\$ 167.161 em 2016), líquido dos rendimentos de aplicações financeiras dos recursos vinculados a estes ativos no montante de R\$ 26.363 (R\$ 21.496 em 2016).

12.1. Revisão da vida útil econômica e conciliação dos ativos

Em dezembro de 2016, a Companhia realizou a revisão de vida útil econômica e a conciliação dos ativos. O trabalho de revisão da vida útil econômica visou a adequação das taxas de depreciação e amortização a uma estimativa mais apropriada da expectativa de vida útil dos bens da Telebras. A revisão foi realizada pelos engenheiros da Companhia e foi suportada pelos conhecimentos e experiências dos profissionais, consultas junto aos fornecedores dos equipamentos e pesquisa em empresas do mesmo segmento. Ao final dos trabalhos, foi emitida nota técnica de nº 001.3000-2016.

Como resultado da revisão da vida útil econômica dos ativos, a depreciação e amortização foi reduzida em R\$ 15.245 no exercício de 2016.

A conciliação das classes de ativos foi realizada para regularizar inconsistências encontradas na alocação dos ativos nas respectivas classes de ativos. O trabalho de conciliação foi realizado pelos engenheiros da Companhia.

Os ativos que sofreram alteração de vida útil econômica estão apresentados no quadro a seguir:

Descrição da planta	Vida útil anterior	Vida útil revisada	Técnica
Rede Multiserviço Equipamento de Meio de Transporte Mux Digital Óptico DWDM	5	10	DWDM
Rede Multiserviço Equipamento Comum Dados Mux Digital Óptico DWDM	5	10	DWDM
Rede Multiserviço Terminal Mux Digital Óptico DWDM	5	10	DWDM
Rede Multiserviço Equipamento de Meio de Transporte Cabo Óptico Aéreo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Equipamento e Meios de Transporte Cabo Óptico Subterrâneo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Equipamento de Meios de Transporte Cabo Óptico Submerso	15	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Acesso Cabo Óptico Aéreo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Acesso Cabo Óptico Subterrâneo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Acesso Cabo Óptico Submerso	15	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Infraestrutura Planta Interna Bastidor	5	10	Infraestrutura
Rede Multiserviço Infraestrutura Planta Interna Container	5	10	Infraestrutura



12.2. Movimentação do imobilizado no exercício

	Imobilizado								Imobilizado em Andamento	Total
	Bens e Instalações em Serviço									
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equipamentos de Data Center	Equipamentos de Tecnologia de Informação	Equipamentos de Transmissão / Comunicação de Dados	Outros Equipamentos			
Custo de Aquisição										
Saldo em 31 de dezembro de 2016	64.949	3.589	77.238		7.342	303.745	1.850	1.990.765	2.449.478	
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	311.142	311.142	
Transferências Internas no Imobilizado	1.416	755	11.285	3.118	4.640	20.184	-	(41.398)	-	
Transferências para o Intangível	-	-	-	-	-	-	-	(1.884)	(1.884)	
Capitalização de Encargos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	157.054	157.054	
Baixas	-	-	-	-	-	(256)	-	-	(256)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	66.365	4.344	88.523	3.118	11.982	323.673	1.850	2.415.679	2.915.534	
Depreciação Acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(30.878)	(2.043)	(20.616)	-	(5.509)	(113.401)	(1.376)	-	(173.823)	
Depreciação e Amortização	(10.926)	(415)	(6.780)	(520)	(1.752)	(37.773)	(370)	-	(58.536)	
Baixas	-	-	-	-	-	132	-	-	132	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(41.804)	(2.458)	(27.396)	(520)	(7.261)	(151.042)	(1.746)	-	(232.227)	
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2017	24.561	1.886	61.127	2.598	4.721	172.631	104	2.415.679	2.683.307	
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2016	34.071	1.546	56.622	-	1.833	190.344	474	1.990.765	2.275.655	
Taxa Anual de Depreciação	16,6%	10,0%	De 5,0% a 20,0%	20,0%	20,0%	De 10,0% a 20,0%	20,0%			

Em 31 de dezembro de 2017, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos. A Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados como em garantias, penhora ou aval em defesa de processos judiciais.

13. INTANGÍVEL

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da empresa ou exercidos com essa finalidade, deduzidas das respectivas amortizações e da provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que os valores contábeis dos bens intangíveis estão superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 19.371 (R\$ 18.661 em 31 de dezembro de 2016), conforme quadro abaixo.

	Intangível			
	Sistemas Aplicativos	Direitos sobre Autorizações	Sistemas em Andamento	Total
Custo de Aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	18.012	3.946	6.878	28.836
Aquisições	1.452	-	-	1.452
Transferências	1.884	-	-	1.884
Baixa	(234)	-	-	(234)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.114	3.946	6.878	31.938
Amortização Acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(10.175)	-	-	(10.175)
Amortização	(2.392)	-	-	(2.392)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(12.567)	-	-	(12.567)
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2017	8.547	3.946	6.878	19.371
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2016	7.837	3.946	6.878	18.661
Taxa de Amortização	20,0%			

Em 31 de dezembro de 2017, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos.



Na rubrica “Direitos sobre Autorizações” está registrado o valor pago à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização terá início a partir do momento em que o satélite entrar em operação em sua posição geoestacionária.

14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Nesta rubrica, são registradas as obrigações com pessoal, inclusive as provisões de férias, 13º salário e dos respectivos encargos sociais, exceto os encargos tributários a recolher que estão incluídos no grupo Outras Obrigações (Nota Explicativa 24).

	31/12/2017	31/12/2016
Salários e Honorários a Pagar	-	1
Encargos Sociais a Pagar	10.551	9.155
Benefícios Sociais a Pagar	10	59
Mão-de-Obra Temporária	1	84
Total	10.562	9.299
Circulante	10.562	9.299

15. PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

Desde 2013, quando da definição do universo dos colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP), a Companhia mantém provisão para quitação das obrigações do Programa, no montante de R\$ 48.254 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 47.938 em 31 de dezembro de 2016).

A movimentação do PISP no exercício de 2017 está apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	47.786
Atualização da Provisão	4.893
Baixas por Pagamento no Período	(4.741)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	47.938
Atualização de Provisão	3.037
Reversão de Provisão	(2.452)
Baixas por Pagamento no Período	(269)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	48.254

16. GRUPAMENTO DE AÇÕES (Leilão de frações)

O valor de R\$ 13.097 refere-se a crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes do grupamento das ações do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 3 de dezembro de 2010, e que aguarda a manifestação dos acionistas que detêm o direito de receber tais valores para que o pagamento seja realizado (conforme aviso aos acionistas - item “d” divulgado em 3 de dezembro de 2010).

**17. FORNECEDORES**

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores de Operação	69.285	12.319
Fornecedores de Expansão	53.356	27.800
Total	122.641	40.119
Circulante	122.641	40.119

O aumento das obrigações com fornecedores é explicado pelo aumento das contratações de serviços, meios de conexão e compartilhamentos de infraestrutura para atender a novas demandas de serviços, bem como pelos investimentos em andamento, principalmente, para construção dos Centros de Operações Espaciais do Satélite Geoestacionário.

18. TRIBUTOS INDIRETOS

	31/12/2017	31/12/2016
COFINS	343	322
PIS	72	63
FUST	58	49
FUNTEL	29	25
Taxas Federais	1.903	1.903
Outros Tributos Federais	434	434
Tributos Federais	2.839	2.796
ICMS	11.571	4.648
Tributos Estaduais	11.571	4.648
ISS	32	22
Tributos Municipais	32	22
Total	14.442	7.466
Circulante	14.008	7.032
Não Circulante	434	434

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, e outros assuntos. Desta forma, a Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

19.1. Provisão para riscos prováveis**19.1.1. Provisão para riscos prováveis líquida de depósitos judiciais**

Natureza	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos
	(A)	(B)	(A-B)	(A)	(B)	(A-B)
Cível	37.762	3.698	34.064	33.760	3.553	30.207
Trabalhista	10.015	2.537	7.478	8.567	2.172	6.395
Tributária	1.010	38	972	980	35	945
Total	48.787	6.273	42.514	43.307	5.760	37.547
Circulante	19.735	4.081	15.654	17.763	3.848	13.915



Natureza	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos
	(A)	(B)	(A-B)	(A)	(B)	(A-B)
Não Circulante	29.052	2.192	26.860	25.544	1.912	23.632

19.1.2. Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos prováveis de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza/Objeto das Ações	31/12/2017			31/12/2016
	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões Líquidas	Provisão Líquida dos Depósitos Judiciais
	(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
Cíveis				
Illegalidade na Venda de Ações (fraude)	3.822	2.627	1.195	764
Dividendos sobre o Capital da TELEBRÁS	16.623	-	16.623	21.528
Diferença de Ações - Conversão de Debêntures	316	156	160	1.779
Outros Processos	17.001	915	16.086	6.136
Total	37.762	3.698	34.064	30.207
Trabalhistas				
Ganhos de Produtividade	2.550	28	2.522	2.229
Readmissão de Pessoal	2.169	1.831	338	252
Expurgos Inflacionários Multa de 40% - FGTS	194	-	194	42
Responsabilidade Subsidiária	1.435	324	1.111	1.256
Outros Processos	3.667	354	3.313	2.616
Total	10.015	2.537	7.478	6.395
Tributárias				
Cobrança de Tributos - Receita Federal (SRF)	1.010	38	972	945
Total	1.010	38	972	945
TOTAL GERAL	48.787	6.273	42.514	37.547
Circulante	19.735	4.081	15.654	13.915
Não Circulante	29.052	2.192	26.860	23.632

19.1.3. Movimentação das provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2016	43.307
Adições Líquidas	705
Baixas	(185)
Atualizações – Encargos Financeiros	4.960
Saldo em 31 de dezembro de 2017	48.787
Circulante	19.735
Não Circulante	29.052

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

**19.2. Provisão para riscos possíveis (Passivos contingentes)**

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2017, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	31/12/2017	31/12/2016
Cível	38.359	34.999
Trabalhista	7.023	3.153
Tributária	25.415	23.552
Total	70.797	61.704

19.2.1. Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos possíveis (passivos contingentes) de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza/Objeto das Ações:	31/12/2017	31/12/2016
Cíveis		
VPA'S nas Capitalizações por Contratos de Participação Financeira-PF (Autofinanciamento)	8.570	8.990
Illegalidade na Venda de Ações	3.682	3.946
Execução Fiscal	20.890	19.839
Outros Processos	5.217	2.224
Total	38.359	34.999
Trabalhistas		
Responsabilidade Subsidiária	560	663
Progressão Salarial	746	298
Outros Processos	5.717	2.192
Total	7.023	3.153
Tributárias		
Isenção de Imposto de Importação e IPI	24.279	22.194
Cobrança de Tributos Receita Federal (SRF)	28	1.306
Diversas Origens	1.108	52
Total	25.415	23.552
Total Geral	70.797	61.704

20. CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

A Companhia tem passivos com credores que ingressaram com ações na justiça e obtiveram êxito em suas reclamações. Como efeito, a Companhia firmou acordos com estes credores para quitação destas dívidas. Em 31 de dezembro de 2017, os valores devidos em função dos acordos firmados eram os seguintes:



	31/12/2017	31/12/2016
Valores a Pagar (VT UM Produções e Empreendimento Ltda)	135.549	135.549
Acordo Judicial a Pagar (PREVI)	134.477	139.983
Acordo Judicial FUNCEF	61.072	60.872
Total	331.098	336.404
Circulante	14.851	12.205
Não Circulante	316.247	324.199

20.1. Movimentação do período

Saldo em 31 de dezembro de 2015	281.215
Adição – Acordo de Dívida FUNCEF	66.080
Juros e Variação Monetária	23.688
Amortização do Principal	(9.685)
Pagamento de Juros	(24.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	336.404
Juros e Variação Monetária	15.620
Pagamento de Principal	(5.746)
Pagamento de Juros	(15.180)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	331.098

20.2. Cronograma de pagamento

	PREVI	FUNCEF	Total
2018	11.269	3.582	14.851
2019	10.344	6.152	16.496
2020	10.344	4.102	14.446
2021	10.344	4.102	14.446
2022	10.344	4.102	14.446
2023 em diante	81.832	39.032	120.864
Total	134.477	61.072	195.549

O cronograma de pagamento não inclui o acordo com a VTUM Produções e Empreendimento Ltda em função do saldo de R\$ 135.549 está suportado pela cessão de créditos tributários (Nota Explicativa 6).

20.3. Descrição resumida dos termos acordados

20.3.1. VT UM Produções e Empreendimentos Ltda.

Em 14/04/1994, a VT UM Produções e Empreendimentos Ltda (“VT UM”) celebrou contrato com a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.- Embratel, com a interveniência da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, tendo por objeto a prestação de serviços denominados “TV Interativa”, Globo Economia” e “Globofax”.

Divergências comerciais e financeiras, contudo, fizeram com que a Embratel decidisse pela rescisão unilateral do contrato, o que levou a VT UM a ajuizar, em 19 de maio de 1998, ação de indenização em desfavor da Embratel e da Telebras, objetivando o ressarcimento de prejuízos e a indenização dos chamados lucros cessantes.

Após diversas decisões desfavoráveis, inclusive, e em especial, por decisões oriundas do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que recursos interpostos pela Telebras foram improvidos, encerrando a discussão de matéria de direito, a Telebras se viu compelida, por força de Mandado



de Citação, Penhora e Avaliação, expedido em 30 de maio de 2006, pela Juíza de Direito Substituta da Décima Primeira Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, a pagar à VT UM, em 24 horas, a importância de R\$ 506.206, equivalente a 50% do valor arbitrado na sentença transitada em julgado.

Assim, a TELEBRÁS, não possuindo recursos suficientes para quitar a execução, e nem bens para oferecer à penhora, buscou dentro da realidade processual e da legalidade, um acordo em cumprimento da decisão judicial.

Após as negociações, a empresa firmou Termo de Transação e Outras Avenças com a VT UM, para quitação do débito que englobava o valor da indenização e honorários advocatícios de sucumbência, nas seguintes condições (fato relevante publicado em 14 de junho de 2006 na Gazeta Mercantil):

(i) Pagamento em moeda corrente no valor de R\$ 95.500 que foi liquidado por meio de uma entrada de R\$ 59.500 e 40 notas promissórias no valor de R\$ 900, devidamente atualizadas pela Selic entre a data de emissão e a data do efetivo desembolso financeiro pela Telebras. Todas as notas promissórias foram tempestivamente quitadas entre 30 de junho de 2006 e 30 de outubro de 2009 e possui termo de quitação fornecido pela VT UM.

(ii) Cessão à VT UM da integridade dos seus direitos creditícios relativo a uma ação judicial movida pela TELEBRÁS contra a Telecomunicações de São Paulo S.A. (ajuizada em 30 de setembro de 2005 e em curso na 31ª Vara Cível de São Paulo), requerendo o pagamento do valor aproximado de R\$ 50.543, relativo à cobrança de taxa de aval. Este processo encontra-se suspenso por força da decisão nº 202/2011-A de 8 de abril de 2011, proferida na ACP nº 0021032-95.2011.4.01.3400 em trâmite perante a 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da ação civil pública.

(iii) Cessão à VT UM da integridade dos seus direitos creditícios de natureza tributária relativos a saldos de processos de pedidos de restituição/compensação e outros processos administrativos, dos quais 93% ainda não haviam sido homologados, conforme consignados nas Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, no valor aproximado de R\$ 107.900.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a essa obrigação estava reconhecido no balanço patrimonial de Telebras no montante de R\$ 135.549 (R\$ 135.549 em 31 de dezembro de 2016). Estes direitos somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.

No entanto, estes pleitos judiciais encontram-se suspensos após Decisão nº 202/2011-A de 08 de abril de 2011, proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 21032-95.2011.4.01.3400, em trâmite perante a Nona Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em que são discutidas as condições impostas pelo Termo de Transação e Outras Avenças supramencionado.



20.3.2. Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI

Em 28 de outubro de 2013, a Telebras firmou Transação Parcial com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI – para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo de principal reconhecido em novembro de 2013 no montante de R\$ 141.416, com carência de 24 meses, será pago em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano e com pagamento semestral.

O objeto da ação movida pela PREVI era: a revisão da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais e seus reflexos nas demonstrações contábeis e a anulação da deliberação havida na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 1995, bem como a condenação da Telebras a efetuar a distribuição dos dividendos como base no saldo credor da conta de correção monetária do capital social, corrigidos monetariamente até o efetivo pagamento.

20.3.3. Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF

Em 2 de maio de 2016, a TELEBRAS finalizou acordo e protocolou perante a 17ª Vara Cível de Brasília/DF petição solicitando a homologação do acordo extrajudicial tabulado entre a TELEBRAS e a FUNCEF para quitação total do passivo judicial, que condenou a TELEBRAS a incorporar a correção monetária ao capital social antes de realizar a distribuição dos dividendos devidos a Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF relativo ao exercício de 1994.

O acordo firmado estabeleceu que o valor acordado para liquidação da obrigação era de R\$ 72.688 atualizado até 29 de fevereiro de 2016, e é composto das seguintes parcelas: R\$ 66.080 de principal e R\$ 6.608 de honorários sucumbenciais, que foi pago em 5 de maio de 2016. Com relação ao valor principal, o acordo previa entrada de 10% em 90 dias após o protocolo da petição e o saldo remanescente, observado o período de carência de 24 meses, contados da data de referência (29 de fevereiro de 2016), com pagamento apenas dos juros, será diluído em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas. A dívida é atualizada pela variação do INPC mais juros de 5,76842907% a.a.

O acordo ainda prevê que em caso de atraso das parcelas semestrais incidirão juros por atraso de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, incorridos no período, e de multa de 2% sobre o valor em atraso. Havendo atraso no pagamento de uma prestação por prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias, reputar-se-á descumprido o presente acordo, hipótese em que ocorrerá o vencimento antecipado de toda a dívida, podendo a FUNCEF exigir o integral cumprimento da obrigação, acrescido de 10% previsto no art. 523, do CPC-Código do Processo Civil e demais despesas que se façam necessárias à cobrança da dívida remanescente, inclusive honorários advocatícios.

21. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS - AFAC

O saldo de R\$ 1.329.601 em 30 de dezembro de 2017 (R\$ 2.233.652 em 31 de dezembro de 2016), atualizado pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO, conforme sua orientação.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 26 de setembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária de nº. 101 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 1.331.522, que representa o valor autorizado pelo decreto presidencial s/n de 19 de outubro de 2016 e está atualizado até 31 de julho de 2017. Em 26 de setembro de 2017 este valor foi transferido para o patrimônio líquido por atender os critérios de reconhecimento como um instrumento patrimonial.

O quadro a seguir apresenta a composição do saldo dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC em 31 de dezembro de 2017 e a sua respectiva destinação.

Eventos	Satélite - Projeto SGDC	Prog. Nacional de Banda Larga - PNBL	Copa e Grandes Eventos	Aporte de Capital na Cabos Brasil Europa S.A	AFAC antes da Reativação da Telebras S.A	Total
AFACs Recebidos	1.527.240	416.420	101.962	5.000	7.757	2.058.379
Valor Incorporado ao Capital da Telebras S.A	-	(300.000)	-	-	-	(300.000)
Atualização Monetária	290.637	122.243	53.624	623	8.146	475.273
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.817.877	238.663	155.586	5.623	15.903	2.233.652
AFACs Recebidos	158.585	60.394	-	-	-	218.979
Atualização Monetária	174.246	20.057	12.400	558	1.230	208.491
Transferência para o Patrimônio Líquido - Principal	(628.345)	(116.420)	(101.962)	-	(7.757)	(854.484)
Transferência para o Patrimônio Líquido - Atualização Monetária	(266.208)	(137.657)	(63.796)	-	(9.376)	(477.037)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.256.155	65.037	2.228	6.181	-	1.329.601

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2017	31/12/2016
Principal	240.380	240.380
Atualização Monetária	10.459	8.499
Juros	639	635
Total	251.478	249.514
Circulante	39.003	3.563
Não Circulante	212.475	245.951

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	244.498
Atualização Monetária	5.004
Juros Incorridos no Período	7.425
Juros Pagos	(7.413)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	249.514
Atualização Monetária	1.960
Juros Incorridos no Período	7.515
Juros Pagos	(7.511)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	251.478

O cronograma de pagamento dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017 é apresentado a seguir:



2018	39.003
2019	30.354
2020	30.354
2021	30.354
2022	30.354
2023 em diante	91.059
Total	251.478

Em 11 de dezembro de 2014, a companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380, com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

A primeira parcela do empréstimo foi depositada em 18 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 103.363, e as outras conforme cronograma de desembolso aprovado nos termos da Decisão 46/2014, de 13 de novembro de 2014.

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

Em dezembro de 2017, a Telebras iniciou conversação com a FINEP no sentido de postergar o início da amortização do valor principal contratado. Como consequência, as partes acordaram suspender a amortização das parcelas do principal por 6 (seis) meses, sem a interrupção do pagamento dos juros compensatórios.

Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento, a Telebras cedeu fiduciariamente à FINEP os direitos creditórios movimentados, exclusivamente, por meio de conta corrente centralizadora mantida junto ao Interveniante Arrecadador, Banco do Brasil S.A., ainda mantém conta reserva, não movimentável, com valor necessário para perfazer 6 (seis) meses de serviço da dívida.

A FINEP poderá declarar vencido antecipadamente o Contrato, em qualquer momento, independente de notificação judicial ou extrajudicial, se houve: aplicação de recursos em finalidade diversa, constituição de gravame sobre as garantidas estatuídas, alteração do controle efetivo direto ou indireto sem anuência da entidade, existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida, paralisação do Plano Estratégico de Inovação e outras circunstâncias que tornem inseguro ou impossível o cumprimento pela Financiada das obrigações assumidas.

**23. RECEITA RECEBIDA ANTECIPADAMENTE**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha registrado o montante de R\$ 607.209 (R\$ 508.446 em 31 de dezembro de 2016), que foram repassados pelo Ministério da Defesa referente à parte da antecipação do pagamento do direito de uso futuro da Banda X do Satélite (IRU, Projeto SGDC), e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações como antecipação por garantia de banda do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC para prestação de serviço no âmbito do Programa GESAC (Nota Explicativa 1.3). A composição das antecipações por cliente é apresentada no quadro a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Ministério de Defesa	547.209	508.446
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações	60.000	-
Total	607.209	508.446

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2017	31/12/2016
Cauções a Devolver	-	1
Retenções Passivas não Tributárias	14	164
Retenções Passivas Tributárias	9.311	6.132
Outras Obrigações (i)	229	15.805
Total	9.554	22.102
Circulante	9.554	7.509
Não Circulante	-	14.593

(I) A Companhia realizou baixa de passivos reconhecidos em “Outras Obrigações” no montante de R\$ 15.967. Estas obrigações foram baixadas após análise dos valores que se encontravam reconhecidos nesta rubrica e que a Administração entendeu que não atendiam aos critérios de reconhecimento, por não haver expectativa de desembolso de recursos para liquidar tais obrigações. Deste modo, a Administração efetuou a baixa com base no item 4.46 do CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, que estabelece os critérios de reconhecimentos de ativos, passivos, receitas e despesas e que diz: *“Um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade.”*

Outro suporte para a baixa está no item 4.38 do mesmo normativo, que preconiza que um elemento (ativo/passivo) só deve ser reconhecido se for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade e o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.

A contrapartida desta baixa foi o reconhecimento de uma receita (“Outras Receitas Operacionais” – Nota Explicativa 28) conforme estabelece o mesmo normativo no seu item 4.47 – *“A receita deve ser reconhecida na demonstração do resultado quando resultar em aumento nos benefícios econômicos futuros relacionado com aumento de ativo ou com diminuição de passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade.”*



25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital social

Em 26 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social da Telebras, no montante de R\$ 1.331.522. Este valor foi transferido do passivo não circulante para o patrimônio líquido, devido ao fato de ter alcançado os critérios de reconhecimento como um instrumento patrimonial dentro do grupo patrimônio líquido.

Com o aumento de capital, foram emitidas 37.761.220 novas ações, sendo 29.528.808 ações ordinárias e 8.232.412 ações preferenciais (Nota Explicativa 1.5).

Com a homologação do aumento de capital em 11 de janeiro de 2018, o valor que se encontrava registrado no patrimônio líquido, na rubrica de recursos capitalizáveis, foi transferido para a conta de capital social. Esta transferência foi realizada em dezembro de 2017, face a condição preexistente no balanço patrimonial que já atendiam ao critério para reconhecimento do aumento de capital na rubrica de capital social, de acordo com o CPC 24 – Evento Subsequente.

Desta forma, o capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017, no valor R\$ 1.594.667 (R\$ 263.145 em 31 de dezembro de 2016), composto de 49.605.490 (11.844.270 em 31 de dezembro de 2016) unidades de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

25.1.1. Composição acionária

A composição acionária em 31 de dezembro de 2017 está apresentada no quadro a seguir:

Ordinárias			Preferenciais			Total		
Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%
União Federal (i)	35.130.466	89,45%	União Federal	8.171.173	79,08%	União Federal	43.301.639	87,29%
FINEP	3.231.600	8,23%	FINEP		0,00%	FINEP	3.231.600	6,51%
Outros	910.713	2,32%	Outros	2.161.538	20,92%	Outros	3.072.251	6,19%
Total	39.272.779	100,00%	Total	10.332.711	100,00%	Total	49.605.490	100,00%

(i) inclui 193 ações em tesouraria.

25.1.2. Valor Patrimonial da ação

A Companhia está rerepresentando o valor patrimonial da ação referente ao exercício de 2016, conforme a nova posição acionária após a emissão e integralização de novas ações para fins de comparabilidade.

	31/12/2017	31/12/2016	
		Divulgado	Rerepresentado
Capital total em ações			
Ordinárias	39.272.779	9.743.971	39.272.779
Preferenciais	10.332.711	2.100.299	10.332.711
Total (A)	49.605.490	11.844.270	49.605.490
Ações em tesouraria			
Ordinárias	193	193	193
Total (B)	193	193	193



	31/12/2017	31/12/2016	
		Divulgado	Reapresentado
Ações em circulação			
Ordinárias	39.272.586	9.743.777	39.272.586
Preferenciais	10.332.711	2.100.299	10.332.711
Total (A-B)	49.605.297	11.844.076	49.605.297
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	589.821	(500.103)	(500.103)
Valor Patrimonial por ação em circulação (R\$ 1,00)	11,8903	(42,2239)	(10,0816)

25.2. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, sendo, a seguir, pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferencias. O saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Por deliberação dos órgãos da Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 88 §1º do estatuto social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e a existência de prejuízos acumulados – não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

25.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial que incluem ganhos e perdas de instrumentos financeiros disponíveis para venda, que são representados por investimentos em ações de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia – Finam, variações cambiais decorrentes de investimento líquido em coligadas no exterior, cuja origem é o reconhecimento de forma reflexa das variações cambiais registradas nas coligadas Visiona e Cabos Brasil e variação cambial sobre o investimento no exterior na empresa EllaLink Spain S.A em que a Telebras tem uma participação societária de 35%.



As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:

	Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior			Total
		Visiona	Cabos Brasil	EllaLink Spain	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(523)	7.109	(103)		6.483
Ganhos/(Perdas) com Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	384				384
Variação Cambial sobre Investimento do Exterior Reflexa		1.536	273		1.809
Variação Cambial sobre Investimento do Exterior				26	26
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(139)	8.645	170	26	8.702

25.4. Ações em tesouraria

O valor das Ações em Tesouraria (193 ações ordinárias) corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da Telebras, ocorrida em 22 de maio de 1998.

25.5. Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A Companhia está reapresentando o valor do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído do exercício de 2016, conforme a nova posição acionária após a emissão e integralização de novas ações para fins de comparabilidade.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	31/12/2017	31/12/2016	
		Divulgado	Reapresentado
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(243.817)	(270.883)	(270.883)
Distribuição do resultado em relação ao tipo de Ação			
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(198.501)	(222.850)	(220.537)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(45.316)	(48.033)	(50.346)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de Ações)			
Ações ordinárias – básicas e diluídas (i)	12.204	9.744	12.204
Ações preferenciais – básicas e diluídas (i)	2.786	2.100	2.786

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	31/12/2017	31/12/2016	
		Divulgado	Reapresentado
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):			
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(16,2656)	(22,8709)	(18,0713)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(16,2656)	(22,8709)	(18,0713)

(i) Em 2017 para o cálculo média ponderada de ações em circulação foi considerado a proporção de 1/12 das novas ações emitidas.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2017	31/12/2016
Serviço de Comunicação e Multimídia	98.758	74.486
Aluguéis e Locações (i)	7.093	7.003
Receita Operacional Bruta	105.851	81.489
Tributos sobre Receita	(31.937)	(23.712)
Descontos Concedidos	(621)	(1.723)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(32.558)	(25.435)
Receita Operacional Líquida	73.293	56.054

i) A receita de aluguéis e locações compreende o aluguel de cabos ópticos e locação de roteadores.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía clientes (Entidades Governamentais representativas do Governo Federal) que contribuíram com mais de 10% da receita operacional bruta.

Todos os valores que compõem a receita líquida integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

27. CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2017	31/12/2016
Aluguel/Arrendamento/Seguros (i)	(77.728)	(58.695)
Serviços de Terceiros	(62.884)	(63.694)
Pessoal	(66.535)	(65.051)
Depreciação e Amortização (ii)	(60.795)	(49.311)
Perdas Estimadas com Contas a Receber (iii)	(24.534)	(248)
Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP (iv)	(16.922)	(5.756)
Tributos	(1.597)	(1.606)
Material	(753)	(135)
Total	(311.748)	(244.496)
Classificado como:		
Custo dos Serviços Prestados	(193.246)	(159.676)
Comercialização dos Serviços	(44.278)	(20.407)
Despesas Gerais e Administrativas	(74.224)	(64.413)

(i) **Aluguéis/Arrendamento/Seguros:** O acréscimo é justificado pelo aumento do custo de compartilhamento de infraestrutura devido aos seguintes eventos: expansão da rede; reajustes de preços conforme cláusulas contratuais; e pagamento de acordo de parcelamento de débito entre a Telebras e CHESF por serviços prestados. Também contribuiu para o aumento, o avanço dos custos com aquisição de meios de conexão (EILD), virtude de novas demandas de serviços.



(ii) **Depreciação e amortização:** O aumento é explicado pela transferência de bens que estavam reconhecidos na rubrica de bens e instalações em andamento para a rubrica de bens e instalações em serviço, pois com a transferência, estes bens passam a ser depreciados. O valor desta transferência foi de R\$ 43.282. Na análise da variação entre o exercício de 2017 e 2016, deve ser levado em consideração a redução de depreciação no exercício de 2016 no valor de R\$ 15.245, referente ao resultado da revisão da vida útil econômica dos ativos, que reduziu o valor da depreciação reconhecida no exercício de 2016.

(iii) **Perda estimadas com contas a receber:** O acréscimo é justificado pela constituição de provisão de perda estimada com contas a receber no valor de R\$ 22.437, referente ao Contrato nº 10/2013-MC, firmado com o Ministério das Comunicações, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a Copa do Mundo de 2014. (Nota Explicativa 5)

(iii) **Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP:** O aumento da despesa é explicado pela baixa do valor que estava registrado no ativo, como valores a receber de Colaboradores cedidos a ANATEL, e que a Administração optou por efetuar a baixa em função do valor registrado não atender a uma das características de reconhecimento de um ativo, que é a geração de benefícios econômico futuros, pois não há certeza quanto ao recebimento de tais valores. O valor da baixa do ativo foi de R\$ 16.475

28. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Outras Receitas Operacionais		
Ganho sobre Passivo (i)	16.112	-
Recuperação de Depósitos Judiciais	620	-
Reversão de Provisão sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	104	4.809
Multas sobre Contas a Receber	77	70
Reversão de Perdas Estimadas sobre Ativos	-	15
Dividendos Recebidos	40	39
Tributos sobre Outras Receitas Operacionais	(1.477)	-
Total	15.476	4.933
Outras Despesas Operacionais		
Baixa de Ativos por Perdas (i)	(10.105)	(268)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(705)	(353)
Patrocínios	(648)	(1.046)
Multas sobre Tributos	(479)	(3.497)
Pessoal	(300)	(811)
Multas sobre Passivos	(200)	(329)
Outras Despesas Operacionais	(52)	(39)
Total	(12.489)	(6.343)
Outras Receita/(Despesas) Operacionais, Líquida	2.987	(1.410)

(i) No primeiro semestre de 2017, a Companhia realizou baixa de ativos e passivos que não atendiam aos critérios de reconhecimento, pois a Administração entendeu não haver expectativas de recebimento dos ativos, bem como do desembolso de recursos para liquidar tais obrigações conforme Nota Técnica 013/2017. As baixas foram realizadas com base no CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, item 4.38, que preconiza que um elemento só deve ser reconhecido se for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade e o item tiver custo



ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade. O valor dos passivos baixado nestas condições foi de R\$ 15.967 (Nota Explicativa 24), já o valor do ativo foi de R\$ 1.881.

Em dezembro de 2017, a Administração efetuou a baixa no montante de R\$ 8.150 referente a verbas rescisórias e indenizatórias, inclusive do Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP, proporcionais ao tempo de cessão pagas a Colaboradores que foram cedidos à Anatel, sendo a justificativa para a baixa foi a não expectativa de geração de benefícios econômicos futuros conforme acima citado. (Nota Explicativa 8.1),

29. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Financeiras		
Juros/Variação Monetária sobre Tributos (ii)	14.342	-
Juros sobre Disponibilidades - Aplicações Financeiras	4.710	5.534
Rendimentos de Aplicações Financeiras - Garantias	2.630	3.293
Juros sobre Depósitos Judiciais	2.478	2.486
Juros sobre Contas a Receber	617	605
Descontos Financeiros sobre Passivo	276	-
Juros sobre Capital Próprio	46	36
Juros sobre Adiantamentos, Cauções e Retenções	-	53
Tributos sobre Receitas Financeiras	(2.127)	(1.376)
Subtotal	22.972	10.631
Despesas Financeiras		
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções (i)	(34.548)	(51.194)
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais (i)	(15.620)	(23.686)
Juros sobre Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.186)	(6.419)
Variação Monetária sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(776)	(5.127)
Juros sobre Tributos	(76)	(960)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(12)	(311)
Outras Despesas Financeiras	(2)	-
Subtotal	(55.220)	(87.697)
Variação Cambial, Líquida	-	(1)
Resultado Financeiro	(32.248)	(77.067)

(i) A redução é explicada pela diminuição dos indexadores das obrigações, INPC para os acordos judiciais; e SELIC para os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC realizados pela União.

(ii) O valor de R\$ 14.342, representa o valor da atualização monetária dos tributos federais a compensar/recuperar.

(iii) Os rendimentos das aplicações financeiras em 2017 totalizou R\$ 33.703 (R\$ 30.323 em 31 de dezembro de 2016). Deste montante, R\$ 26.363 (R\$ 21.496 em 31 de dezembro de 2016) foi registrado em contrapartida do Ativo Imobilizado, pois os recursos que deram origem a estes rendimentos estão vinculados a construção de ativos (ativo qualificável), principalmente, o projeto SGDC. Atualmente encontram-se em construção a parte terrestre do projeto.



30. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

30.1. Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)

A TELEBRAS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, que foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13 de janeiro de 2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de entidade multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRAS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “**Plano PBS-A**” e “**Planos de Patrocinadoras**”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1 de fevereiro 2000.

30.2. Planos patrocinados pela Telebras

30.2.1 Plano PBS - A

É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema TELEBRAS, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31 de janeiro de 2000.

O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da TELEBRAS com as demais patrocinadoras.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

Em 31 de dezembro de 2017, o plano contava com 440 assistidos, conforme apresentado abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Quantidade	440	461



Idade média (anos)	73,06	72,39
Benefício médio (R\$)	8.321,64	7.467,70

30.2.1.1 Premissas atuariais

A premissas usada para a avaliação atuarial do plano foram as seguintes:

i) Premissas Biométricas:
Tábua de mortalidade geral: AT-2000 M desagravada em 10%
Tábua de entrada em invalidez: Não aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina
Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.
ii) Premissas Econômicas:
Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 5,04%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2017, com vencimento em 2026, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo
Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 11,01%, composta pela inflação (4,82%) mais juros de 5,91% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2016, como expectativa para 2017 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
Taxa nominal do custo dos juros: 11,01%, composta pela inflação (4,82%) mais juros de 5,91% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2016, como expectativa para 2017 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
Taxa de Rotatividade: 0,00
Taxa real de crescimento salarial: 0,00%
Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%
Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%
Fator de Capacidade para salários: 100,00%
Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%
Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,14%, obtida em pesquisa no site do BACEN em 29/12/2017 e representa a média das inflações previstas para o período 2018 a 2021
iii) Outras Premissas:
Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada
Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo femininos quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

30.2.1.2 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial

Valor justo dos ativos do plano:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor dos Ativos a Mercado (i)	11.599.815	11.134.805
Exigível Operacional(ii)	(23.442)	(22.870)
Exigível Contingencial (ii)	(659.083)	(645.658)
Fundos (ii)	(2.215.840)	(1.730.987)
Valor Justo dos Ativos do Plano	8.701.450	8.735.290



(i) Valor informado pela Telebras, o qual não foi objeto de avaliações por parte deste relatório. A parte relativa à Telebras no plano PBS-A é de 8,61%.

(ii) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

	31/12/2017	31/12/2016
Renda Variável	1,44%	14,07%
Renda Fixa	92,83%	79,82%
Investimentos Estruturados	0,19%	0,13%
Investimentos em Imóveis	4,66%	4,98%
Empréstimos a Participantes	0,88%	1,01%

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	752.359	631.469
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	82.871	93.187
Benefícios Pagos pelo Fundo	(50.957)	(50.617)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	(34.829)	78.320
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	749.444	752.359

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício	578.207	555.899
Custo dos Juros	63.689	82.035
Custo do Serviço Passado	(50.957)	(50.617)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre Obrigação Atuarial	11.834	(9.110)
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	602.773	578.207

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

Origem:	31/12/2017	31/12/2016
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação	11.834	9.110
Ganhos/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos dos Plano	34.829	78.320
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	46.663	87.430

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos Juros	(63.689)	(71.210)
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	82.871	91.185
Resultado	19.182	19.975

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Justo dos Ativos do Plano	749.444	752.358
Valor Presente da Obrigação	(602.773)	(578.206)
Superávit	146.671	174.152

Movimentação do Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço:

	31/12/2017	31/12/2016
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício	174.152	75.570
Despesas do ano	19.182	11.152
(Perdas)/Ganhos Atuariais do Exercício	-46.663	87.430
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício	146.671	174.152



As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2018 é a seguinte:

	31/12/2017
Juros sobre Obrigações Atuariais	(56.593)
Rendimento esperado dos Ativos	70.363
Resultado	13.770

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 602.773 e ativo líquido de R\$ 749.444, tendo como resultado um excedente atuarial de R\$ 146.671, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor. Como se trata de um plano patrocinado por diversas empresas, os números aqui registrados se referem unicamente à Telebrás e foram calculados considerando-se a proporção das reservas matemáticas dessa patrocinadora no montante total das provisões matemáticas.

30.2.2 Plano PBS - TELEBRAS

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRAS e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31 de janeiro de 2000 e vinculados ao Plano da TELEBRAS.

Em 26 de setembro de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRAS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24 abril de 2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRAS passou a ter um capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRAS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- i. Contribuições mensais, de participantes ativos sobre o salário-de-participação;



- ii. Contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com percentual a ser fixado anualmente no plano de custeio, incidente sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;
- iii. Contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;
- iv. Contribuições extraordinárias destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas nas contribuições normais;
- v. Joia de participantes ativos, determinada atuarialmente;
- vi. Dotação da patrocinadora; e
- vii. Receitas de aplicação do patrimônio.

O plano de benefícios PBS Telebrás contava, em 31 de dezembro de 2017 com 18 participantes ativos e 98 assistidos, conforme apresentado abaixo.

	Participantes			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Quantidade	18	98	19	99
Idade média (anos)	61,37	66,71	59,63	66,72
Tempo de serviço médio (anos)	38,35	-	36,79	-
Salário médio (R\$)	11.250,24	-	11.402,53	-
Benefício médio (R\$)	-	8.091,81	-	7.840,13

30.2.2.1 Premissas atuariais

A premissas usada para a avaliação atuarial do plano foram as seguintes:

i) Premissas Biométricas:
Tábua de mortalidade geral: AT-2000 feminina
Tábua de entrada em invalidez: Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina
Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos
ii) Premissas Econômicas:
Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 5,44%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2017, com vencimento em 2035, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo
Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 10,88%, composta pela inflação (4,85%) mais juros de 5,78% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2016, como expectativa para 2017 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
Taxa nominal do custo dos juros: 10,88%, composta pela inflação (4,82%) mais juros de 5,78% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2016, como expectativa para 2017 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
Taxa de Rotatividade: 0,00%
Taxa real de crescimento salarial: 1,00%
Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%
Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00
Fator de Capacidade para salários: 100,00%
Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%



Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,14%, obtida em pesquisa no site do BACEN em 29/12/2017 e representa a média das inflações previstas para o período 2018 a 2021.

Outras Premissas:

Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada

Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo femininos quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

30.2.2.2 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial

Valor justo dos ativos do plano:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor dos Ativos a Mercado	408.928	331.236
Exigível Operacional(i)	(237)	(187)
Exigível Contingencial (i)	(11.765)	(9.428)
Fundos (i)	(194.847)	(156.297)
Valor Justo dos Ativos do Plano	202.079	165.324

(i) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

	31/12/2017	31/12/2016
Renda Fixa	98,29%	98,09%
Investimentos Estruturados	1,50%	1,68%
Empréstimos a Participantes	0,21%	0,24%

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	191.287	165.324
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	20.809	24.397
Contribuições Recebidas pelo Fundo	-	36
Benefícios Pagos pelo Fundo	(11.869)	(10.392)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	1.852	11.922
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	202.079	191.287

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício	167.077	149.504
Custo dos Juros	18.176	22.063
Custo dos Serviços	4	4
Benefícios Pagos pelo Fundo	(11.869)	(10.392)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação Atuarial	(3.483)	5.898
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	169.905	167.077

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

Origem:	31/12/2017	31/12/2016
Ganhos/(Perdas) Atuariais para ano sobre a Obrigação	3.483	(5.898)
Ganhos/(Perdas) Atuariais para o ano sobre os Ativos dos Plano	1.852	11.922
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	5.335	6.024

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo do Serviço Corrente	(3)	(4)
Custo dos Juros	(18.176)	(22.063)

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	20.809	24.397
Resultado	2.630	2.330

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação	(169.605)	(167.077)
Valor Justo dos Ativos do Plano	202.079	191.287
Superávit	32.474	24.210

Movimentação do Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço:

	31/12/2017	31/12/2016
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício	24.210	15.820
Despesas do ano	2.630	2.330
Pagamento de Contribuições	-	36
Perdas/(Ganhos) Atuariais do Exercício	5.335	6.024
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício	32.175	24.210

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2018 é a seguinte:

	31/12/2017
Juros sobre Obrigações Atuariais	(16.659)
Custo do Serviço Corrente	(4)
Rendimento esperado dos Ativos	19.814
Resultado	3.151

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 169.904 e ativo líquido de R\$ 202.079, tendo como resultado um excedente atuarial de R\$ 32.175, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor.

30.2.3 Plano de assistência médica ao aposentado - PAMA

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) é um fundo de assistência financeira que foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS Assistidos e PBS Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios.

Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições de cada uma das patrocinadoras, inclusive a TELEBRAS, à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS.

	31/12/2017	31/12/2016
Provisões Matemáticas e Fundos	3.665.050	3.563.899
Outros Exigíveis	73.373	68.677
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	3.738.423	3.632.576
(-) Total dos Ativos do Plano	3.772.311	3.653.538
(=) Superávit Acumulado	33.888	20.962



30.2.4 Plano Telebras PREV

É um plano misto de previdência complementar, implantado no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social em 3 de dezembro de 2002, na modalidade de contribuição variável, sendo patrocinado pela Telebras, nos termos dos convênios de adesão, regulamentos e estatuto relativos ao plano.

O plano oferece benefícios classificados nas categorias de benefícios de risco, que são custeados na modalidade de benefício definido, e benefícios programados, que são custeados pelo regime de contribuição definida.

Os benefícios de risco se referem a:

- i. Auxílio-doença
- ii. Aposentadoria por Invalidez, reversível em pensão
- iii. Pensão por morte de participante

Os benefícios programados se referem a:

- iv. Aposentadoria ordinária, reversível em pensão
- v. Aposentadoria antecipada, reversível em pensão

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento, cuja versão que deu suporte a este trabalho é denominada de Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciais Telebras PREV, estando vigente desde 2007, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 1.722, de 22 de outubro de 2007.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- i. Contribuições de Participante;
 - a) Ordinária: mensal e obrigatória aos participantes vinculados, autopatrocinados e em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez equivalente a 2%SP + 3% (SP-PP).
 - b) Adicional: de caráter facultativo ao participante Vinculado, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, em percentual múltiplo de 0,5% do Salário de Participação, e por prazo não inferior a 12 meses.
 - c) Eventual: de caráter facultativo ao participante Vinculado, optante pelo Benefício Proporcional Diferido, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, no valor mínimo de 5% do teto do Salário de Participação.
 - d) Contribuições para os benefícios de risco; e
- ii. Contribuições de Patrocinador: mensalmente, contribuições no valor equivalente ao total das contribuições do participante Vinculado, limitadas a 8% do SP, sendo deduzido destes montantes os valores necessários à cobertura dos benefícios de risco e das despesas administrativas. A dedução relativa ao custeio dos benefícios de risco somente será praticada após a extinção dos recursos recolhidos, na data de vigência do Telebras PREV, para a cobertura desses benefícios.



O plano de benefícios Telebrás PREV contava, em 31 de dezembro de 2017, com 285 participantes ativos e 218 assistidos.

	Participantes			
	2017		2016	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Quantidade	285	218	268	217
Idade média (anos)	48,58	65,7	48,8	64,31
Tempo de serviço médio (anos)	19,32	-	19,66	-
Salário médio (R\$)	9.381,83	-	8.672,46	-
Benefício médio (R\$)	-	5.525,73	-	5.525,74

30.2.4.1 Premissas atuariais

i) Premissas Biométricas:
Tábua de mortalidade geral: AT-2000 feminina
Tábua de entrada em invalidez: Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina
Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.
ii) Premissas Econômicas:
Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 5,44%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2016, com vencimento em 2035, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo
Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 10,88%, composta pela inflação (4,82%) mais juros de 5,78% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2016, como expectativa para 2017 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
Taxa nominal do custo dos juros: 10,88%, composta pela inflação (4,82%) mais juros de 5,78% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2016, como expectativa para 2017 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
Taxa de Rotatividade: 0%
Taxa real de crescimento salarial: 0,00%
Taxa real de reajuste de benefícios: 1,00%
Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%
Fator de Capacidade para salários: 100,00%
Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%
Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,14%, obtida em pesquisa no site do BACEN em 29/12/2017 e representa a média das inflações previstas para o período 2018 a 2021.
iii) Outras Premissas:
Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada
Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo femininos quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

30.2.4.2 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial

Valor justo dos ativos do plano:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor dos Ativos a Mercado	767.979	610.668
Exigível Operacional(i)	(466)	(475)
Exigível Contingencial (i)	(11.540)	(6.842)

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	31/12/2017	31/12/2016
Fundos (i)	(335.911)	(296.860)
Valor Justo dos Ativos do Plano	420.062	306.491

(i) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

	31/12/2017	31/12/2016
Renda Variável	0,07%	-
Renda Fixa	98,11%	97,85%
Investimentos Estruturados	1,38%	1,59%
Empréstimos a Participantes	0,44%	0,56%

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	348.515	306.490
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	37.914	45.229
Contribuições Recebidas pelo Fundo	3.925	255
Benefícios Pagos pelo Fundo	(16.574)	(16.151)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	46.282	12.692
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	420.062	348.515

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício	346.006	295.955
Custo dos Juros	37.641	43.675
Custo dos Serviços	90	66
Benefícios Pagos pelo Fundo	(16.574)	(16.151)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação Atuarial	(358)	22.461
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	366.805	346.006

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

Origem:	31/12/2017	31/12/2016
Ganhos/(Perdas) Atuariais para o ano sobre a Obrigação	358	(22.461)
Ganhos/(Perdas) Atuariais para o ano sobre os Ativos dos Plano	46.282	12.692
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	46.640	(9.769)

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo do Serviço Corrente	(90)	(66)
Custo dos Juros	(37.641)	(43.674)
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	37.914	45.229
Resultado	183	1.489

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação	(366.805)	(346.006)
Valor Justo dos Ativos do Plano	420.062	348.515
Superávit	53.257	2.509



Movimentação do Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço:

	31/12/2017	31/12/2016
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício	2.509	10.536
Despesas do ano	183	1.487
Pagamento de Contribuições	3.925	255
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	46.640	(9.769)
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício	53.257	2.509

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2018 é a seguinte:

	31/12/2017
Juros sobre Obrigações Atuariais	(35.966)
Custo do Serviço Corrente	(99)
Rendimento esperado dos Ativos	41.188
Resultado	5.123

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 366.805 e ativo líquido de R\$ 420.062, tendo como resultado um excedente atuarial de R\$ 53.257, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor.

30.3. Taxas de descontos

As taxas de descontos para os planos no início do exercício (custo dos juros) e as taxas de rendimento esperada sobre os ativos dos planos estão apresentadas a seguir:

	Telebras PBS-A	PBS- Telebras	Telebras PREV
Taxa de Desconto no Início do Exercício (Custos dos Juros)	11,01%	10,88%	10,88%
Taxa de Rendimento Esperada sobre os Ativos do Plano no Início do Exercício	11,01%	10,88%	10,88%

31. PARTES RELACIONADAS

31.1. Controlador final

A Companhia é controlada pela União Federal.

31.2. Pessoal chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e sua controlada, que incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Remunerações	2.184	3.740
Benefícios de Curto Prazo	455	923
Total	2.639	4.663

A Companhia concede benefícios pós-emprego aos dirigentes estatutários, mas não concede aos conselheiros.

**31.3. Transações com partes relacionadas**

	Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receita / (Despesa)	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Balanco Patrimonial							
Valores a Receber							
a) Contas a Receber de Serviços							
Entidades Governamentais:		36.371	1.677				
	Ministérios	28.334	1.227				
	Demais Entidades (i)	8.037	450				
b) Cauções	MCTIC	5.604	-				
c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	EllaLink Spain	164	-				
d) Dividendos a Receber	VISIONA	11.547	5.456				
Imobilizado							
e) Capitalização Encargos de AFC	União Federal	173.942	64.680				
f) Capitalização Encargos de Empréstimos	FINEP	9.475	4.415				
g) Adiantamento a Fornecedores	VISIONA	1.284.105	1.244.249				
Contas a Pagar							
h) Empréstimos	FINEP			251.478	249.514		
i) Recursos Capitalizáveis - AFAC	União Federal			1.329.601	2.233.652		
Demonstração de Resultado							
j) Receitas de Serviços - SCM							
Entidades Governamentais:							
	Ministérios					11.629	3.790
	Demais Entidades (i)					22.207	12.759
k) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	Ministérios						(22.437)
l) Despesas financeiras - AFAC	União Federal					(34.548)	(51.194)

(i) Demais Entidades Governamentais incluem: Universidades, Institutos Federais de Educação, Entidades Militares ligadas as Forças Armadas, secretarias vinculadas a União Federal e outros.

a) Representa os valores a receber pela prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Internet) aos ministérios e entidades governamentais. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado. Com a incorporação da Telebras Copa S.A o valor de R\$ 22.437 referente ao contrato nº 10/2013-MC celebrado entre a Telebras Copa S.A e o Ministério das Comunicações (atual MCTIC), cujo objeto era a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia, que se encontra pendente de recebimento e passou a integrar o patrimônio da Telebras quando da incorporação da Telebras Copa;

b) Trata-se do valor de caução retido quando do contrato nº 10/2013-MC celebrado entre a Telebras Copa S.A (incorporada pela Telebras) e o Ministério das Comunicações (atual MCTIC), cujo objeto era a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a realização da Copa do Mundo de 2014.

c) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital na coligada EllaLink Spain realizado em dezembro de 2017 no valor de € 42 (R\$ 164);

d) Trata-se a dividendos a receber referente a participação societária na coligada VISIONA;



e) Representa os encargos capitalizados dos recursos repassados pela União Federal para Futuro Aumento de Capital e que foram destinados a construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). Estes encargos têm como indexador a SELIC. Este valor não é apresentado nesta nota líquido dos rendimentos de aplicação financeira conforme divulgado na Nota Explicativa 12;

f) Representa os encargos capitalizados dos recursos de empréstimos e financiamento captados junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, conforme item (g) abaixo.

g) Refere-se a adiantamentos realizados a VISIONA por serviços prestados na construção do satélite – objeto do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégicas – SGDC. A baixa será realizada conforme cronograma de acordo com a conclusão das atividades estabelecidas em contratos;

h) Refere-se à captação de financiamento realizado junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380 com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos contratuais serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

i) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal para aplicação em futuro aumento de capital da Companhia. Estes recursos foram aplicados na expansão e melhorias no Plano Nacional de Banda Larga, Construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, Investimentos ligados à Copa de 2014 e outros;

j) Representa a receita obtida com a prestação dos Serviços de Comunicação Multimídia (Internet) de entidades governamentais. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado; e

k) Trata-se da constituição de Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa referente ao Contas a Receber que a Telebras reconheceu em função da incorporação da Telebras Copa S.A. e que tem como devedor o Ministério das Comunicações (atualmente MCTIC). O montante de R\$ 22.437 está ligado a glosa aplicada sobre o ao Contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia.

l) Refere-se a despesas financeiras sobre as parcelas dos recursos repassados pela União Federal para futuro aumento de capital da Companhia e que não foram aplicados no desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.



32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No exercício de 2017, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2017	31/12/2016
Encargos Financeiros Capitalizados	183.417	188.667
Rendimentos Financeiros Capitalizados	(26.363)	(21.496)
Integralização de Capital com Recursos de AFAC	1.331.522	-
Incorporação Acervo Líquido – Telebras Copa S.A	28.769	-

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1. “Telebras e Viasat entram em contrato estratégico para avançar no uso comercial da capacidade do SGDC

A Telebras, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), tem sua parcela de responsabilidade pública na implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), bem como os Programas do Governo Brasileiro, como o Gesac (Eletrônico Governo - Serviço de Atendimento ao Cidadão), Educação Conectada e Internet para Todos. A Telebras é proprietária do SGDC 1 – o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - o maior satélite HTS (High Throughput Satellite) com cobertura em todo o território brasileiro e áreas costeiras, com aproximadamente 58 Gbps, o que representa sozinho a soma da capacidade de todos os satélites atualmente cobrindo o Brasil. A Viasat é uma das maiores operadoras de satélites do mundo, com vasta experiência e liderança neste mercado. Com sede na cidade de Carlsbad, Califórnia, EUA, a Companhia oferece serviços de banda larga residencial, empresarial e governamental, usando seus próprios satélites.

O contrato de parceria Telebras-Viasat compreende serviços e equipamentos fornecidos pela Viasat e o uso de 100% da capacidade da banda Ka do SGDC-1, operado pela Telebras, oferecendo acesso à banda larga de qualidade em todo o Brasil. A colaboração permitirá que a Telebras desempenhe seu papel na implementação de políticas públicas, aumentando a sua eficiência tecnológica para promover a integração social e o desenvolvimento econômico no País, assegurando conectividade de banda larga rápida e acessível a todos os brasileiros, onde quer que estejam. A colaboração combinará o uso da capacidade da banda Ka do SGDC-1 com comprovada implantação de rede terrestre e de infraestrutura da Viasat e a habilidade única recentemente registrada da Viasat para oferecer serviços de banda larga acessíveis e escaláveis para comunidades onde o serviço de internet tem sido historicamente carente, ou não disponível.

Além disso, nos termos do contrato, a Viasat alavancará a rede satelital do SGDC-1 para explorar serviços de satélite para mercados empresariais e de aviação, além de lançar WiFi Hotspots e serviços residenciais habilitados via satélite para comunidades do Brasil que carecem de alta qualidade de serviços acessíveis de internet. A cooperação estratégica da Telebras-Viasat proporcionará maior competitividade ao mercado brasileiro de internet de banda larga, via satélite, à medida que a Viasat antecipar sua entrada no Brasil, gerando uma maior oferta de serviços, produtos e preços em qualquer região do País.



O modelo de contrato adotado pela Telebras atende às premissas definidas pela diretoria executiva da Companhia, aprovadas em seu Plano de Negócios. De acordo com a base jurídica, o contrato estratégico entre empresas visa explorar uma oportunidade de negócio associada à singularidade do parceiro estratégico, que é permitido pela legislação brasileira que rege as empresas estatais (Lei nº 13.303/2016, art. 28, parágrafo 3, inciso II e parágrafo 4), através de esforços conjuntos, obrigações recíprocas, completando benefícios econômicos para todas as partes, compartilhando receitas.

Os termos específicos do contrato não foram tornados públicos; no entanto, o arranjo foi fundamentado em um modelo bem sucedido de compartilhamento de receita, no qual a Telebras espera que oportunidades de mercado recém-habilitadas possam gerar mais de US \$ 1 bilhão em receitas para a empresa nos próximos 10 anos.

Disponibilidade dos equipamentos

Os equipamentos da Viasat começaram ser enviados para o Brasil em fevereiro de 2018. O serviço inicial deverá começar em abril de 2018.

33.2. Homologação do aumento de capital da Companhia

Em 11 de janeiro de 2018, foi realizada a 103ª Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi homologado do aumento de capital da Telebras de R\$ 263.145.011,82 (duzentos e sessenta e três milhões, cento e quarenta e cinco mil, onze reais e oitenta e dois centavos) para R\$ 1.594.666.570,00 (um bilhão, quinhentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e quinhentos reais), aprovado na 101ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de setembro de 2017, com a emissão de 29.528.808 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e oito) ações ordinárias (ON) e 8.232.412 (oito milhões, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e doze) ações preferenciais (PN), todas sem valor nominal.

33.3. Baixa de valores a receber – Colaboradores Cedidos à ANATEL

Em 31 de janeiro de 2018, a Diretoria Administrativo-Financeira aprovou através da Nota Técnica 05/2017-2400 a baixa de valores reconhecidos no ativo da Companhia no montante de R\$ 24.625. A baixa refere-se a valores que estavam reconhecidos no contas a receber da Telebras e representavam recebíveis junto a ANATEL de Colaboradores cedidos aquele Órgão. A origem principal do contas a receber está ligada ao Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP e esta composto pelos seguintes valores: R\$ 16.475 de provisão dos Colaboradores ainda em exercício no Órgão e R\$ 8.150 de verbas rescisórias e indenizatórias, inclusive PISP, proporcionais ao tempo de cessão pagas a colaboradores que deixaram o Órgão.

A Companhia entende que não há certeza quando ao recebimento destes valores e desta forma, realizou a baixa do contas a receber em contrapartida do resultado da Companhia. A base legal para suportar a baixa foram os seguintes normativos: Estrutura Conceitual Básica (R1), CPC 00, item 4.44, que determina que: *“um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade”*; e

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Item 33 que diz: “Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de



resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado”.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, estabelecidas no artigo 142, incisos V e VI, da Lei nº 6.404, de 1976, no artigo 54, inciso VII, do Estatuto Social da Telebras e no artigo 5º, inciso III, do Regimento Interno do Conselho de Administração, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (Demonstrações Contábeis Anuais de 2017). Com base no acima especificado e considerando ainda as informações prestadas pela Diretoria da Telebras e pelos Auditores Independentes (Taticca Auditores Independentes S.S), opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e determinam o encaminhamento dos documentos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, na forma estatutária e regimental acima mencionado.

Brasília/DF, 08 de março de 2018.

André Müller Borges
Presidente do Conselho
Representante do MCTIC

Maximiliano Salvadori Martinhão
Conselheiro Nato
Presidente da Telebras

Renato Rodrigues Vieira
Conselheiro Representante do MPDG

Hélio Marcos Machado Graciosa
Conselheiro Independente

Márcio Barreira Campello
Conselheiro Representante dos
Acionistas Preferencialistas

Lauro Arcângelo Zanol
Conselheiro Representante dos
Acionistas Minoritários Ordinaristas

Alfonso Orlandi Neto
Conselheiro Representante do MCTIC

Fabício de Souza Duarte
Conselheiro Representante dos
Empregados da Telebras

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2017.

O Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS, em cumprimento ao disposto no art. 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404, de 1976, e no art. 70, incisos II, do Estatuto Social da Companhia, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2017, compostas pelos documentos: Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas; Balanços patrimoniais; Demonstrações dos resultados; Demonstrações dos resultados abrangentes; Demonstrações das mutações do patrimônio líquido; Demonstrações dos fluxos de caixa; Demonstrações do Valor Adicionado, e Notas explicativas às demonstrações contábeis. Após análise e esclarecimentos apresentados pela Diretoria da Telebras e pela representante da Auditoria independente, e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes - **TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S** opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e em condições de serem aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, na forma estatutária e regimental acima mencionado.

Brasília-DF, 08 de março de 2018.

Marcelo Senna Valle Pioto
Presidente
Representante do Tesouro Nacional

Tarcísio Bastos Cunha
Conselheiro Suplente
Representante do MCTIC

Amir George Francis Matta
Conselheiro Representante dos Acionistas
Preferencialistas

Antônio Carlos da Silva Estevão
Conselheiro
Representante dos Acionistas Ordinarios

Cristina Vidigal Cabral de Miranda
Conselheira Suplente
Representante do MCTIC

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em atendimento ao disposto no art. 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS –, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram:

(i) baseados em seus conhecimentos, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, que concordam com as opiniões expressas no relatório elaborado pelos Auditores Independentes Taticca Auditores Independentes S.S., não havendo qualquer discordância com relação às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

(ii) revisaram o relatório dos referidos auditores sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, da Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRAS e baseados nas discussões subsequentes concordam que tais Demonstrações, refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

Brasília-DF, 1º março de 2018.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Diretor Presidente

Jarbas Jose Valente
Diretor Técnico
Operacional

Paulo Ferreira
Diretor Administrativo e
Financeiro

Romulo Barbosa
Diretor Comercial

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no art. 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores das Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da **Taticca Auditores Independentes S.S.**, sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 dezembro de 2017; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Brasília/DF, 1º março de 2018.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Diretor Presidente

Jarbas Jose Valente
Diretor Técnico
Operacional

Paulo Ferreira
Diretor Administrativo e
Financeiro

Romulo Barbosa
Diretor Comercial